

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

ROBERTA CRISTINE DE ANDRADE PASSOS

PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO:

As ações do movimento Todos pela Educação

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE**



ROBERTA CRISTINE DE ANDRADE PASSOS

PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO:

As ações do movimento Todos pela Educação

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura no Curso de Graduação em Pedagogia.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Zuleide Simas da Silveira

NITERÓI

2016

ROBERTA CRISTINE DE ANDRADE PASSOS

PRIVATIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO:

As ações do movimento Todos pela Educação

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura no Curso de Graduação em Pedagogia.

Aprovada em 22 de março de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Zuleide Silveira (orientadora)

UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Nivea Andrade

UFF – Universidade Federal Fluminense

Eu diria a nós, como educadores e educadoras: ai daqueles e daquelas, entre nós, que pararem com sua capacidade de sonhar, de investigar a sua coragem de denunciar e de anunciar. Ai daqueles, e daquelas que, em lugar de visitar de vez quando o amanhã, o futuro, pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e com o agora, ai daqueles e daquelas que em lugar desta viagem constante ao amanhã, se atrelem a um passado de exploração e rotina.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por conseguir chegar até a universidade pública. Por guiar os meus passos à minha tão sonhada Universidade Federal Fluminense. Por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades durante esses anos. Pelos caminhos que pude percorrer ao longo desses cinco anos, as pessoas que conheci e o lugar onde pude chegar. Esses caminhos certos, me levaram até aqui, a essa monografia, composta de tudo de mais rico que pude aprender durante esse longo processo de aprendizagem. A linha de pesquisa na qual eu sigo, a formação humana que recebi, e de poder ter claro, hoje, o rumo que pretendo seguir como pedagoga.

Agradeço em segundo lugar a minha orientadora, Zuleide Simas da Silveira, que desde o início da faculdade acreditou no meu potencial, e contribuiu para eu chegasse onde cheguei, me abrindo as portas para conhecer um mundo novo. Que permitiu que desabrochasse em mim, aquilo que eu sempre busquei, e com sua sapiência, me guiou por esse caminho, muitas vezes árduo e difícil. O que mais marcou, foi sempre sua confiança em mim, desde meu primeiro contato até hoje, na minha conclusão do curso. Isso foi o que sempre me motivou a seguir, apesar de toda a dificuldade que enfrentei, problemas pessoais, circunstância da vida etc. Tudo sempre realizado com muita paciência, carinho, confiança no meu trabalho, compreensão, enfim, sou infinitamente grata por tudo.

À Universidade Federal Fluminense, que me acolheu e permitiu que eu tivesse uma formação de qualidade, e pelas oportunidades que tive para melhor me formar, e permanecer estudando.

Aos meus professores da Faculdade de Educação, pois todos contribuíram de alguma forma para o meu aprendizado e desenvolvimento, quanto educadora.

À minha mãe Márcia, por ter sempre colocado a educação como prioridade em minha vida, permitindo que jamais me faltasse isso, apesar de todas as adversidades que enfrentamos na vida. Além da paciência e compreensão, ao permitir que eu tivesse menos responsabilidades em casa para poder me dedicar profundamente ao meu estudo.

Ao meu pai Roberto, por toda força, toda a motivação, todo apoio e por acreditar em mim. Sempre me ajudando na medida do possível para que eu pudesse continuar meus estudos.

À minha orientadora da bolsa de Iniciação Científica, Maria Ciavatta, na qual eu permaneci meus três anos faculdade, e pude aprender bastante, sou grata pela paciência, pela doçura, e compreensão comigo durante esses anos. Sempre sendo muito delicada ao me corrigir, ao cobrar algo, permitindo que eu me sentisse capaz e parte da comunidade acadêmica. Pela confiança no meu trabalho, e por ter me ajudado a crescer e se desenvolver intelectualmente e humanamente.

Ao Grupo THESE - Projetos Integrados e Trabalho, História, Educação e Saúde – que muito contribui para o meu aprendizado, permitiu que eu tivesse acesso a outras áreas de conhecimento, a importância da integração entre as áreas e as faculdades. E é claro, para o meu desenvolvimento intelectual, sempre muito respeitada e acolhida.

Aos meus amigos e familiares pela paciência, pelo apoio, pelo carinho e compreensão pela minha ausência durante esses anos. Em especial aos meus tios Tânia e Anderson, e Márcia, a minha prima Maria Fernanda, a minhas amigas Natalia e Thaís, a minha sobrinha Heloysa, a meu irmão Paulo e cunhada Daiane.

Às minhas amigas de faculdade Mariana e Sânia que nunca foram embora, e sempre estiveram comigo, todos esses anos de faculdade, em qualquer circunstância nunca desistiram de mim, sendo muito pacientes.

Enfim, agradecer a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, sem dúvida todos contribuíram de alguma forma para que eu chegasse até aqui. O término desta graduação é um sonho realizado, resultado de muitas lutas, reflexões, sofrimentos, renúncias, desapegos, conquistas, perdas, alegrias, tristezas e vitórias. Me orgulho de ter chegado até aqui, pois só eu sei o quanto foi árduo esse processo de amadurecimento, e quanto eu me esforcei para que isso acontecesse.

RESUMO

A escolha deste tema, foi um amadurecimento que iniciou no segundo período, quando ouvi falar sobre o termo “mercantilização da educação”, ficou então uma indagação do que isso significava para educação. Com ajuda da minha orientadora, pude então me aprofundar neste assunto. Nesse contexto, este trabalho pretende analisar, com base nos preceitos do materialismo histórico dialético, o trabalho como princípio educativo e produção social da existência humana, prescritos por Marx. Pretendo expor como ocorreu o processo de privatização e mercantilização da educação no Brasil, a partir do Regime Empresarial Militar, e como foi se complexificando ao longo do tempo. Passando pelo neoliberalismo, até chegar ao que temos hoje, podemos chamar de neoliberalismo de Terceira Via, apresentando novas ideias e ações em busca de um consenso, e hegemonia dos seus princípios para a conformação da sociedade, em especial na educação. Após esse longo caminho de estudo, apresentamos a atuação dos empresários na educação, agindo como verdadeiros reformadores educacionais, objetivando uma suposta melhoria da qualidade de educação no país. Os empresários que conseguiram um espaço privilegiado junto ao governo, e que atualmente detém muito poder, fazem parte do Movimento Todos pela Educação. Desta forma, pretendo descrever e analisar o que é este movimento, quem são os seus parceiros, seus objetivos, suas ações, intervenções, projetos e planos para educação brasileira desde o ano da sua criação, até os dias atuais.

Palavras chave: Privatização; Empresários; Neoliberalismo de Terceira Via; Todos pela Educação.

ABSTRACT

The choice for this theme came from the maturing of an idea that started on my second semester, when was presented to me the term "commodification of education", then this question, of what that means for education, was in my mind. With the help of my coach, I could then get deeper into this subject. In this context, this paper intends to examine, based on the principles of historical dialectic materialism, the work as educational foundation and social production of human existence, prescribed by Marx. I intend to expose how the privatization and commodification of the education in Brazil, from the Business Military Dictatorship, as well as its development with the years. Passing by the neoliberalism, until what we have nowadays, that we call neoliberalism of third way, introducing new ideas and actions searching for a consensus and hegemony of the foundations for the formation of society, especially in education. After this long journey of study, we present the action of entrepreneurs in education, acting as true educational reformers, aiming for a supposed improvement in the quality of education in the country. Entrepreneurs who have achieved a privileged level next to the Government, whose currently hold a lot of power, are part of "Everyone for Education" movement. In this context, I intend to describe and analyze what is, who are the partners, the goals, the actions, the interventions, the projects and the plans of this movement for brazilian education since its creation, until nowadays.

Keywords: Privatization; Entrepreneurs; Neoliberalism of third way; Everyone For education

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – Fundamentos teóricos metodológicos.....	4
1.1. Trabalho e Educação	4
CAPÍTULO 2 – Disputas em torno da educação: primeiras aproximações do DEBATE entre o PÚBLICO e o PRIVADO	12
2.1. A educação como preparadora de mão de obra qualificada para o desenvolvimento econômico	12
2.2. A educação como serviço educacional: o debate na Constituinte de 1987-1988	16
CAPÍTULO 3 – O Neoliberalismo de Terceira Via e a nova Pedagogia da Hegemonia	20
CAPÍTULO 4 – O movimento Todos pela Educação.....	31
4.1. Os objetivos e formas de atuação do TPE.....	33
4.2 O TPE como reformadores empresariais da educação no Brasil: suas ações e influência na educação pública.	41
4.3 Implicações e impactos das ações do TPE para uma educação integrada.....	45
4.4 O Plano Nacional de Educação influenciado pelo TPE.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	5

1 Introdução

Historicamente, o empresariado brasileiro tem exercido influência decisiva na sociedade em geral, inclusive no campo educacional. A partir do governo Empresarial Militar¹, as políticas de cunho tecnocrático passam a responder às dinâmicas de modernização e de desenvolvimento econômico, voltando a educação para os interesses do mercado. Entretanto, é a partir da implantação e implementação das políticas neoliberais, no Brasil, que a educação torna-se, de fato, mercadoria, ao mesmo tempo em que ocorre o processo de privatização por dentro das escolas públicas.

No início do século XXI, o empresariado brasileiro e intelectuais orgânicos do capital, assumem papel decisivo no estabelecimento e condução das políticas públicas, de modo a legitimar o capitalismo contemporâneo como o modo mais avançado e humanizado de produzir a existência humana. Estes sujeitos históricos tomaram para si a responsabilidade de apresentar soluções para os problemas sociais gerados pelo capitalismo em sua fase neoliberal.

Nas últimas décadas, no Brasil, o neoliberalismo vem se desenvolvendo, por meio de um programa político específico chamado Terceira Via. Caracterizado por novas ideias e práticas, de uma educação para o consenso, sobre o viés da democracia, cidadania, ética e participação, tudo adequado aos interesses privados do capital nacional e internacional. Nesse contexto, enfatizam a obtenção do consenso, pois é um meio fundamental para que um projeto de sociedade se torne hegemônico.

Neste contexto, o movimento Todos Pela Educação (TPE), criado no ano de 2006, que reúne empresários brasileiros, representantes das esferas municipal, estadual e federal de poder, dirigentes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), vem se firmando sob a bandeira da melhoria da educação básica na rede pública de ensino.

Considerando-se uma instituição apartidária e plural, o TPE reúne um grupo de empresários, dentre outros, Banco Itaú, Banco Bradesco, Canal Futura, Editora Moderna,

¹ De acordo com Campos (2016 p. 4) “o uso do conceito empresarial-militar, para caracterizar a ditadura, se explica pelo seu potencial de elucidar os principais sujeitos articuladores do golpe de 1964 e que viriam a compor o Estado e a política subsequente; quais sejam, os empresários e os militares. O conceito, usado inclusive por Dreifuss (1981), de ditadura civil-militar não foi referenciado por dar margem a algumas imprecisões quanto à caracterização de civil – termo demasiado genérico (MELO, 2014) ”.

Fundação Victor Civita, Grupo Gerdau, Grupo Suzano, Instituto Ayrton Senna, Instituto Camargo e Correa, Organizações Globo, que atuando como anunciador e organizador de uma nova cultura educacional resolveria todos os problemas sociais: baixa escolaridade, baixa qualidade educacional, miséria, corrupção, violência, etc., até o ano de 2022.

Sob o mote de tornar o Brasil verdadeiramente independente através da educação de qualidade, o TPE conta com um grande poder de comunicação na mídia como internet, televisão, jornais e revistas, além do mercado editorial. Nesta conjuntura, o TPE, se fortaleceu e por meio do Plano Nacional de Educação (PNE), concretizou seus objetivos para a educação pública brasileira.

Neste contexto, surgiram algumas questões: 1) por que o ensino público está desvalorizado e desmantelado? 2) por que os empresários se interessam pela educação? 3) qual a posição do Estado em relação à privatização e à mercantilização da educação? 4) por que a educação para o mercado é hegemônica? 5) qual é a concepção de qualidade de educação do Todos pela Educação? 6) as ações do empresariado têm solucionado os problemas sociais e educacionais que persistem na sociedade brasileira ou apenas amenizam os conflitos entre classes sociais?

Os objetivos desta pesquisa tem por base as seguintes hipóteses: 1) o ensino público está desvalorizado e desmantelado por uma opção política do grupo dominante no poder; 2) os empresários têm interesse na educação que lhes convém e, portanto, pautado na expansão do capital e na formação de mão de obra qualificada voltada para o desenvolvimento econômico e modernização; 3) o Estado, por meio das parcerias público-privadas, atende os interesses do empresariado; 4) a classe dominante no Estado é burguesa, desse modo a educação se volta para o mercado; 5) a concepção de qualidade de educação do TPE é a qualidade com base nos princípios produtivistas e mercadológicos; 6) as políticas públicas sociais e de educação executados nos governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (em curso desde 2011), junto ao empresariado, aprofundam os processos de mercantilização e privatização dos direitos sociais.

Pelo forte de poder de mobilização dos empresários em diversos meios de comunicação, uma grande parte da população brasileira acredita nos discursos e não percebe a influência dos empresários. E ainda grande parte da população gostariam que seus filhos tivessem acesso à educação privada, pois consideram ser de melhor qualidade.

Diante desta conjuntura, o presente trabalho se propõe a fazer uma análise crítica da atuação dos empresários na educação reunidos em torno do movimento Todos pela Educação. Este trabalho de monografia está assim estruturado: no primeiro capítulo, fazemos a discussão teórico-metodológica os da relação trabalho e educação, mostrando sua influência no Regime Empresarial Militar, suas transformações na implantação do Neoliberalismo e mais recentemente com a nova proposta do neoliberalismo de Terceira Via, até os dias de hoje. Analisando e descrevendo as ações destes, por meio do movimento Todos pela Educação, apontando suas ações, interferências e conquistas dos seus objetivos, para a educação desde o início de pretensa criação.

CAPÍTULO I - FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Os elementos básicos que orientam esta pesquisa são a relação trabalho e educação, sendo o trabalho princípio educativo, pois que o movimento Todos pela educação se manifesta no presente histórico, cuja sociedade dividida em classes, a divisão do trabalho e a propriedade privada implicam na educação voltada para o mercado de trabalho.

1.1. Trabalho e Educação

Para começar a discorrer sobre esse assunto precisamos entender que a essência do homem é o trabalho, porém esta essência não é abstrata e sim concreta. Assim o homem surgiu a partir do momento em que necessita produzir a sua própria vida para continuar existindo. Ele se apropria da natureza para poder criar e recriar os bens para garantir e reproduzir a sua existência, esse ato de transformar o meio em que vive, constitui-se como uma ação intencionada e planejada e é o que conhecemos como trabalho.

O trabalho, para Marx e Engels, é:

Um processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo — braços e pernas, cabeça e mãos—, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 2004, p.211 apud SILVEIRA, 2011, p.7).

Dessa forma o homem se separa dos animais, pois somente os homens são capazes de produzir seus meios de existência e somente ele pode trabalhar e educar. “O que o homem é, o é pelo trabalho, pelo que produz e como produz”. (SAVIANI, 2007. p. 154). Isso significa que ele não nasce homem, ele forma-se homem. O trabalho é, portanto, um processo histórico, pois ao longo do tempo ele se desenvolve, se aprofunda e se complexifica, como também é um processo educativo porque sua produção é a sua formação. O princípio educativo do

trabalho tem sua especificidade em ser uma atividade necessária, a todos os seres humanos. O trabalho constitui-se, portanto, como um elemento criador da vida humana.

Nas comunidades primitivas tudo era feito em comum, não havia classes, os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência, nesse processo educavam-se e também educavam as gerações futuras, a educação nesta sociedade não era para a vida mais a própria vida. Desde o início do processo de humanização do homem, existia uma identidade entre trabalho e educação: “os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar, trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens se educavam e educavam as novas gerações” (SAVIANI, 2007, p. 154).

Segundo Saviani (2007), a partir do escravismo antigo, surgiram duas formas de educação diferentes e separadas, a primeira refere-se à educação dos membros da classe que possuem propriedade privada e dispõe de ócio, lazer, tempo livre, este ensino é centrado nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios de caráter lúdico e militar. A segunda, diz respeito à educação para a maioria, para a classe dos não proprietários, esta educação coincide com o processo de trabalho, aprendem apenas o que é necessário para trabalhar. Desenvolveu-se então, uma forma específica de educação, em oposição aquela inerente ao processo produtivo, ocorrendo a separação entre trabalho manual e intelectual. Nesse contexto, se dá a institucionalização da educação que já na origem foi chamada de escola.

Com o desenvolvimento da produção, a apropriação privada da terra e de seus meios, surge a divisão social do trabalho, e logo a divisão dos homens em classes, a classe dos proprietários e dos não proprietários. Essa nova estrutura, levou a classe dos proprietários a viverem sem trabalhar, e também a viverem do trabalho dos outros, isto é, daqueles que não possuíam terra; estes, tinham então a obrigação de manterem-se a si mesmos e a dono da terra com seu trabalho. Esse modo de exploração feudal, não conseguia mais atender às necessidades que aumentavam a medida que novos mercados se abriam, ocorreu então a expansão do comércio. “A burguesia industrial ultrapassou os mestres e artesãos, ocorreu assim a divisão do trabalho entre as diferentes corporações” (Marx; Engels, 1977 p. 22).

Podemos ver então que:

A burguesia acaba cada vez mais a disseminação dos meios de produção, da propriedade e da população. Ela aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade nas mãos de poucos. No

curso de dominação criou forças produtivas mais numerosas. Os meios de produção e de troca foram as bases dos quais a burguesia se edificou. A epidemia da superprodução (MARX; ENGELS, 1997 p.52).

Porém, o modo como se organizava a produção capitalista, o trabalho voltava-se mais especificamente para a troca, e não mais com ênfase no trabalho com valor de uso, entretanto:

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, quaisquer que sejam as formas de sociedade é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 2010, p.50).

De acordo com Frigotto (2005), o trabalho passa a ser então regulado pelas relações sociais capitalistas. A produção social da existência humana é caracterizada pela acumulação de capital, mediante o surgimento da propriedade privada dos meios e instrumentos de produção. Para constituir-se, necessitava de trabalhadores livres, porém não proprietários de meios e nem donos de produção. Dessa relação é que surge o trabalho assalariado, e as classes fundamentais: a burguesa, detentora dos meios e instrumentos de produção e trabalhadora, possuidora apenas de sua força de trabalho.

O trabalho assalariado torna possível a acumulação de riquezas de poucos, mediante a exploração do trabalho e a alienação do trabalhador. A alienação decorre do fato de se transferir ao outro aquilo que si pertence, seja o poder político, seja a força de trabalho onde o trabalhador perde o controle sobre o seu produto de trabalho e deixa de se reconhecer no que produz. “Este fato seria o trabalho estranhado, onde homem faz do trabalho que é a sua essência apenas um meio de sua existência” (MARX, 1982, p.83).

Ocorre assim uma inversão. Enquanto há uma valorização das coisas, o homem no trabalho estranhado torna-se um ser desumanizado, tanto espiritual, quanto corporalmente. O produto do capitalismo é também a mercadoria consciente de si (MARX, 2010).

A medida em que a burguesia cresce, com ela o capital também se desenvolve. Porém, segundo Marx (2010), a classe trabalhadora só vive enquanto encontra trabalho, isto é, à medida que o capital explora, subjuga a força de trabalho e a torna mercadoria. Obrigados a vender sua força de trabalho, por dia, como uma mercadoria, como um objeto de comércio como outro qualquer, os trabalhadores estão expostos a todas as instabilidades da concorrência, a todas as flutuações do mercado. “Os trabalhadores perdem a autonomia e o

atrativo pelo trabalho, ele se torna apenas um acessório da máquina, exigindo-se dele apenas as operações mais simples, mais monótona e mais fácil de aprender” (Marx, 2010 p.54).

A necessidade de acumulação do capital requer o aumento da produtividade do trabalho, conseguida com o aumento da divisão do trabalho, com isso, o trabalhador torna-se mais dependente de seu trabalho, e unilateral, o que implica na formação unilateral e fragmentada que nega ao trabalhador o conhecimento produzido socialmente.

Os interesses da classe dominante são voltados somente para a busca da produção, expansão do comércio e o lucro, enquanto o trabalhador assalariado recebe apenas o suficiente para reproduzir sua existência de classe oprimida, ou seja, a dominada. Isto é, o preço médio do trabalho assalariado, é apenas o mínimo do salário, com a soma dos meios de subsistência necessários para manter a vida do trabalhador como trabalhador.

Nesse contexto, “a burguesia rasgou o véu de sentimentalismo que envolvia as relações familiares e as reduziu a simples relações monetárias” (MARX E ENGELS, 1977, p. 24).

O que permite o fortalecimento e o crescimento do capital que se baseia na propriedade privada, na liberdade de mercado, no individualismo e na concorrência entre si.

A respeito dos sentimentos burgueses em relação aos trabalhadores, Marx afirma que a classe burguesa

não tem afeto nem reconhecimento pelos seus chefes, estes não se ligam aos seus subordinados por nenhum sentimento de benevolência; eles não os conhecem como seres humanos, mas apenas como instrumentos de produção, os quais tem que render tanto quanto possível e fazer tão poucas despesas quanto possível (MARX, 2010, p. 38).

Podemos inferir que, este sentimento burguês impregna o campo da educação quando se trata da educação da classe trabalhadora, pois que apoia-se nos três pilares da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Educacional, Científico e Cultural (UNESCO): saber fazer, saber ser e saber estar².

“A indústria deixa viver enquanto precisa deles, e assim que pode liberta-se deles. Os trabalhadores são forçados a ofertar sua pessoa e sua força pelo preço que lhes quiserem

² No capítulo 4, evidenciaremos que a UNESCO orienta uma formação aligeira calcada nas "necessidades básicas de aprendizagem" e formação de competências atitudinais e comportamentais.

atribuir” (MARX, *ibid. ibid.*), ao mesmo tempo em que são induzidos a buscar maior qualificação.

Neste estudo, apreendemos que, o trabalho e a educação são mediações dos processos sociais da existência humana,

São fundamentais no processo de produção e reprodução da vida humana. Entretanto, na sociedade capitalista, contraditória em sua essência, o trabalho apresenta-se duplamente dimensionado: de um lado, é atividade central na história do homem, tanto no que se refere aos processos de sociabilidade, quanto à emancipação do ser humano; de outro, encontra-se, não apenas, subsumido à produção de mercadorias, mas também, reduzido ele próprio à mercadoria, aprisionando-se ao salário, à exploração, à alienação. Por sua vez, a educação –com o desenvolvimento da produção, que engendrou a divisão do trabalho segundo especializações, bem como a apropriação privada dos meios de produção, que dividiu os homens entre senhores e escravos, patrícios e plebeus, barões e servos, burgueses e proletários –assume caráter de classe, voltando-se para os interesses da classe dominante no poder, dos quais não se libertará enquanto a sociedade, assim, for cindida em classes (SILVEIRA, 2011, p. 8).

Isto quer dizer que, a educação da classe trabalhadora, na sociedade capitalista, ocorre de forma diferente daquela organização social em que "os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam [coletivamente] as novas gerações" (SAVIANI, 2007 p. 154) na direção da formação omnilateral. A educação não fica mais a cargo da comunidade, não é mais de interesse geral, mas sim determinada pela sociedade, pelas condições sociais e pelos interesses das classes dominantes, marcada pela formação unilateral.

Tal como apontam Marx e Engles n'O Manifesto do Partido Comunista, a indústria moderna destrói os vínculos familiares, transforma os filhos dos trabalhadores em objetos de comércio, apenas em instrumentos de trabalho. A educação, portanto, depende das condições de vida, o burguês entende por educação moral a memorização dos princípios seus princípios.

Com a divisão da sociedade em classes, desde origem da escola até os dias de hoje, a educação assume caráter classista³. De um lado, privilegia a formação para o trabalho complexo destinada aos filhos da classe média alta e a burguesia, que são preparados para serem futuros dirigentes e executores do projeto da classe dominante. De outro, a formação para o trabalho simples, voltada para os filhos da classe trabalhadora, que não exige o

³ Para mais detalhes desse caráter classista da educação ver SILVEIRA, (2011 p. 9).

conhecimento aprofundado dos princípios científico-tecnológicos dos processos de produção (SAVIANI, 2007).

No Brasil, o caráter de classe sempre esteve muito presente.

Os processos discriminadores da formação da sociedade brasileira, as diferenças de classe e de etnia, o desprezo pelo trabalho manual e sua destinação aos escravos, aos negros e aos pobres. O ensino elementar, destinado aos desfavorecidos da fortuna, ocorre por determinação das circunstâncias históricas, limitando, assim, o acesso da maioria da população aos melhores valores da educação baseada na antiga filosofia, bem como o desempenho de funções de cargos públicos que, exigindo o ensino de humanidades, de caráter eminentemente intelectual, destinava-se a camada mais elevada da sociedade (FONSECA, 1961, v.1, p. 17-9, apud SILVEIRA 2011, p.9).

Este caráter classista da educação burguesa se forma na sociedade capitalista, em geral, e na sociedade brasileira, em particular, porque o capital tende a simplificar o trabalho, aumentando cada vez mais a divisão do trabalho, que por sua vez possibilita a obtenção de maior lucratividade.

Assim, essa nova forma de produção gerou uma reorganização das relações sociais. Com o tempo, apareceram necessidades particulares que exigiam qualificações específicas, como cursos profissionais que se localizavam nas empresas ou em sistemas de ensino, constituídos pelas necessidades do processo produtivo. Fato que forçou as escolas de formação geral a ligar-se de alguma maneira ao processo de produção, isto é, ao trabalho manual, para atender a necessidade do mercado de trabalho, já que cuidavam somente das funções intelectuais.

Se o tempo de formação para o trabalho for menor, o mesmo será o custo de produção do trabalhador. Isto é, o capitalista torna o salário uma proporção do tempo de escolaridade do trabalhador. De modo geral, retira do trabalhador o acesso aos fundamentos científico-tecnológicos, tornando sua força de trabalho simples, barata e, cada vez mais disponível o mundo da empregabilidade.⁴

⁴ Empregabilidade na visão empresarial é um conjunto de conhecimentos técnicos e comportamentais, que o mercado de trabalho demanda e o profissional deve adequar-se, forçando-o ser mais competente e qualificado para conseguir ou manter-se em um emprego. Este conceito surge como um dispositivo que retira do capital e do Estado, a responsabilidade pela implementação de medidas capazes de garantir o mínimo de condições de sobrevivência para a população. Ao responsabilizar os indivíduos, por não possuírem as estratégias capazes de inseri-los no mercado, justifica-se o desemprego pela falta de preparação dos mesmos para acompanharem as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho (OLIVEIRA, 2009).

A relação trabalho e educação foi reduzida a uma simples relação monetária e também a um processo de conformação do trabalhador. Não se ensina tudo a todos, para a classe trabalhadora a formação é básica, somente para que possam ingressar no mercado de trabalho, continuem na mesma classe, e não possam emancipar-se. Para as elites, ao contrário, a educação é totalmente intelectual e complexa, fazendo com sejam dirigentes e continuem no poder.

A maior implicação da separação entre o trabalho manual e intelectual, trabalho simples e trabalho complexo, começou a partir da divisão da sociedade em classes e da separação entre campo e cidade, com esse advento, muitos aspectos se modificaram: na forma de enxergar o homem, nas relações sociais, no modo de produção, surgiram as desigualdades, na educação forma-se o homem unilateral, que não desenvolve suas múltiplas capacidades, entre outros aspectos. Essas questões foram cada vez mais se complexificando, até os dias de hoje, com isto, algumas pessoas foram-se tornando mais ambiciosas, individualistas, que pensam apenas no lucro, na competitividade, no crescimento do mercado, no dinheiro, no consumismo etc.

A influência desse processo, fez com a educação também estivesse voltada para o mercado e o capital, constituindo-se como medida de tudo, e não mais o ser humano, como na verdade deveria ser. Tudo agora tem valor de troca e se tornou uma mercadoria. Nessas condições, é necessário reafirmar o trabalho como valor de uso, como princípio educativo, criador e emancipador, pois que na " educação atual é baseada na pedagogia das competências e empregabilidade visa formar o cidadão mínimo, fácil de manipular e de explorar" (FRIGOTTO, 2005 p.26).

Desde a década de 1960 que a teoria do capital humano, formulada por Theodore Schultz, encara a instituição educacional como uma indústria, propugnando a educação como investimento.

Existe um apelo, reiterado historicamente, seja pelo Estado desde suas origens na acepção do moderno, seja pelos organismos supranacionais⁵, de que a educação possui duplo papel, a saber, econômico e social. Tal apelo tem como foco a formação do capital humano. No plano macroeconômico, a educação é determinante para o desenvolvimento econômico, o aumento da produtividade e de modernização. No plano microeconômico, torna-se fator de aumento de renda salarial e, por conseguinte, de mobilidade social,

⁵ Silveira (2015), refere-se ao Banco Mundial (BM), à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Educacional, Científico e Cultural (UNESCO), à Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e aos blocos político-econômicos regionais MERCOSUL e União Europeia.

reduzindo, assim, as desigualdades socioeconômicas. Simultaneamente, ela é parte integrante da dimensão social do Estado-Nação ou, até mesmo, do bloco político-econômico regional a que se vincula, porque transmite valores como a solidariedade, a igualdade de oportunidades, além de produzir efeitos positivos na qualidade de vida, no combate ao crime, reduzindo, assim, os conflitos sociais e amortecendo o antagonismo entre as classes sociais (SILVEIRA, 2015, p. 148).

Nessa perspectiva, a educação vem passando, mais recentemente, por um processo de comodificação⁶, privatização e mercantilização.

Ao longo dos anos, as políticas passam a responder às dinâmicas de modernização e de desenvolvimento econômico, voltando a educação para os interesses imediatos do mercado, entretanto, é a partir da implantação e implementação das políticas neoliberais no Brasil, que a educação torna-se mercadoria, ao mesmo tempo que ocorre o processo de privatização por dentro das escolas públicas. A educação oferecida é pautada nos projetos neoliberais, o que contribui para o fortalecimento e hegemonia do pensamento neoliberal, e conformação da sociedade. Constitui-se um modelo de ensino aligeirado voltado para o mercado de trabalho, calcada nos valores econômicos, capitalistas e individualistas. Assim, a educação torna-se alvo de disputa.

A relação trabalho e educação vincula-se às relações capitalistas de produção de cada Estado-Nação, às relações de poder e de classe e, por conseguinte, às organizações de classe, aos partidos políticos e sindicatos, que acabam por determinar as modalidades de ajuste, seja por meio de “reformas”, seja através de “contrarreformas” (GRAMSCI, 2002, p. 143-4 apud SILVEIRA, 2011 p. 10).

Percebe-se um sentido geral, que a educação ao longo dos anos, foi se pautando na

função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão de obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração, voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados; no destaque conferido à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias e recursos pedagógicos; na valorização do planejamento como caminho para a racionalização dos investimentos e aumento de sua produtividade (SAVIANI, 2008 p.296).

É com este aporte teórico que passaremos à análise dos capítulos seguintes.

⁶ De acordo com Silveira; Bianchetti (2016 p.94), comodificação “é o processo no qual os direitos sociais e subjetivos, a exemplo da educação, são transformados em mercadoria, comparado ao que ocorre no mercado de bens e produtos (commodities) ”.

CAPÍTULO 2 – Disputas em torno da educação: primeiras aproximações do DEBATE entre o PÚBLICO e o PRIVADO

Neste capítulo, buscamos apreender a relação que se estabelece entre educação e desenvolvimento econômico e suas implicações nos processos de comodificação, privatização e mercantilização da educação, cuja gênese encontra-se nos anos de 1960.

2.1. A educação como preparadora de mão de obra qualificada para o desenvolvimento econômico

No início da década de 1960, durante o governo Juscelino Kubitschek, marcado pelo início de um grande crescimento econômico no país, haviam diversos debates, neles estavam presentes a relação entre educação e desenvolvimento, onde o ensino deveria formar o homem brasileiro para colaborar com o crescimento econômico (FÁVERO, 2001).

Diante deste cenário, existiam duas concepções que disputavam os rumos da sociedade e os projetos de educação: uma do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que anunciavam a ideologia nacionalista desenvolvimentista, como formadora da consciência nacional e instrumentalizadora de transformações político-sociais na sociedade brasileira; outra da Escola Superior de Guerra (ESG), que defendia a abertura ao capital estrangeiro, divulgava a ideologia da interdependência, da doutrina da segurança nacional e da educação como preparadora de recursos humanos para as tarefas da industrialização, modernização da agropecuária e ampliação dos serviços. Ambas concepções eram fortemente fundamentadas na teoria do capital humano, cujo enfoque estava na formação de mão de obra qualificada para acompanhar o ritmo do desenvolvimento e modernização do Estado (FÁVERO, 2001).

Havia, no entanto, uma contradição entre essas propostas, ao mesmo tempo que estimulavam a ideologia política nacionalista, dava sequência ao projeto de industrialização do país por meio de uma progressiva desnacionalização da economia.

Em um contexto em que, o Brasil se alinha aos moldes do capitalismo americano, a concepção da ESG tornou-se hegemônica. A relação estreita educação e economia foram amplamente difundidos a partir da reunião extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, realizada em 1961 em Punta del Este, sob a coordenação da OEA e com

a participação dos ministros e finanças de todos os países da América Latina, do qual resultou no plano Decenal de Educação da Aliança para o Progresso (FÁVERO, 2001).

Ao mesmo tempo, a luta de classe em torno das reformas de base, já no governo João Goulart, evidencia a organização do empresariado (brasileiro e estrangeiro) junto aos militares que conduz o Golpe Empresarial Militar, de 1964. Vitoriosas as forças político-econômicas dominantes,

destruíram quaisquer obstáculos que pudessem, no âmbito da sociedade civil, dificultar, seja o processo de adaptação econômica e política que se impunha ao país, seja o de assunção do sub-imperialismo por mediação do projeto de Brasil potência. Sufoca-se a movimentação política; contém-se a crise econômica; incentiva-se a exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; racionaliza-se o sistema tributário e fiscal; estratificam-se as classes sociais e frações de classes por meio da contenção salarial em todos os setores da produção; estimula-se a modernização das estruturas urbanas; consolida-se o caminho para entrada de capital e tecnologia estrangeiros; cria-se a indústria petroquímica; ocupa-se a Amazônia, dinamizando sua economia; defende-se e estimula-se a indústria do café solúvel; formula-se uma política de exportação de armamentos e de energia nuclear; moderniza-se as estruturas universitárias (SILVEIRA, 2011, p. 315-316).

Consumado o Golpe Empresarial Militar, começaram a divulgar um discurso de exaltação e valorização do trabalho e da educação, vistos como uma via direta para atingir o desenvolvimento de uma nação rica e forte, um instrumento utilizado para atender a real finalidade de obtenção de consenso, numa estratégia de luta pela hegemonia. Neste período, o IPES (Instituto de Estudos e Políticos e Sociais)⁷ realizou um simpósio sobre a reforma da educação, cujos interesses estavam voltados a assegurar o aumento da produtividade e da renda. Os empresários ligados ao IPES operavam em articulação com seus parceiros americanos, contavam com a sua colaboração no planejamento e na execução orçamentária da educação.

Celebraram acordos com os Estados Unidos da América de financiamento e cooperação técnica para a reforma da educação brasileira com a intermediação da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Estes acordos,

⁷ O IPES foi criado em 1961 por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo, articulados com empresários multinacionais. Desenvolvia ações ideológicas, sociais e políticas utilizando-se dos meios de comunicação de massa. Para maiores detalhes, ver Campos (2016).

assinados em 1965, ficaram conhecidos como Acordos MEC-USAID⁸. “Configurou-se a partir daí uma concepção produtivista da educação” (SAVIANI, 2008 p.297).

A influência do militarismo na educação preconizava um avanço nos meios existentes, com vistas a atenuar as pressões dos opositores ao militarismo, mascarando o início de uma futura privatização educacional em nosso país. A política educacional neste período, foi utilizada pelo regime ditatorial para assegurar a dominação necessária para o exercício de política subordinada e mantenedora do processo de acumulação de capital, tentando afastar os conflitos e tensões existentes que atrapalhavam a obtenção da hegemonia. Houve uma acumulação do capital, baseada na desigualdade social firmada por uma política social excludente das classes populares, fato que era assegurado pela violenta repressão política (SAVIANI, 2008)

Por meio do fórum “A educação que nos convém”⁹, os empresários decidiram atuar como um grupo de pressão junto ao Estado. Este último, por sua vez, procurou atender aos interesses desse grupo, atuando concomitantemente no âmbito escolar, direcionando-a para a tentativa de desenvolver a mão de obra qualificada necessária à indústria que se desenvolvia. Com o intuito de evitar a participação da sociedade civil, para que não houvesse possíveis mobilizações de outros setores, que não o militar dominante, para modificar a estrutura de ensino até então vigente.

Nesses parâmetros, a escola de ensino de 1º grau deveria capacitar os alunos para a atividade prática, enquanto o ensino de 2º grau preparava técnicos de nível médio necessários ao desenvolvimento econômico e social do país, e para a modernização que ocorria com a entrada de multinacionais no país, reduzindo, assim, a busca pelo ensino superior, calcado no modelo norte-americanos de universidade (VIEIRA; FARIAS, 2011; SOUZA, 1981).

Percebe-se um sentido geral, que esta política educacional

Tem ênfase nos elementos dispostos pela “teoria do capital humano”, que na educação é implementada para a formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista, na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão de obra técnica requerida pelo mercado de

⁸ Segundo Silveira (2011, p. 316), os acordos para a área da educação já vinham sendo celebrados, antes mesmo do governo empresarial militar. Em 19 de dezembro de 1950 foi assinado o Acordo Geral entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos “para estabelecer o intercâmbio de conhecimentos técnicos e a cooperação em atividades correlatas” com vistas a contribuir para o desenvolvimento econômico e para elevação da capacidade produtiva do Brasil.

⁹ Para maiores detalhes, ver Saviani (2008 p. 297) e Campos (2016).

trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração, voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados; no destaque conferido à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias e recursos pedagógicos; na valorização do planejamento como caminho para a racionalização dos investimentos e aumento de sua produtividade; na proposta de criação de um amplo programa de alfabetização centrado nas ações das comunidades locais. Eis aí a concepção pedagógica articulada pelo IPES, que veio a ser incorporada nas reformas educativas instituídas pela lei da reforma universitária, pela lei relativa ao ensino de 1º e 2º graus e pela criação do MOBRAL (SAVIANI, 2008 p. 296).

Segundo Saviani (2008), a Constituição de 1967 sinalizou o apoio a iniciativa privada, além de excluir o princípio da vinculação orçamentária, relativizou o princípio de gratuidade do ensino, no artigo 168, §3º, inciso III da Carta de 1967: “Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior” (BRASIL, 1967 apud SAVIANI, 2008). O que permitiu a criação, expansão e fortalecimento das diversas redes privadas de ensino. Esse enunciado foi reforçado na Emenda de 1969: “o Poder Público substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição, que a lei regulará” ((BRASIL, 1967 apud SAVIANI, 2008).

Ainda segundo Saviani (2008), o que em 1967 era previsto apenas como uma possibilidade e circunscrito ao ensino superior, em 1969 se converte numa determinação incondicionada, estendida também ao ensino de 2º grau. Na verdade, tudo se encaminhou para a estratégia de privatização do ensino, o que permitiu o crescimento acelerado das instituições particulares e logo, a expansão deste ensino. O governo se aliou ao empresariado, concordando com a implantação do ensino pago, por uma via diferente da prevista pelo projeto de reforma universitária.

Para além do fortalecimento do setor privado no ensino, cabe considerar também que:

O próprio setor público foi sendo invadido pela mentalidade privatista, traduzida no esforço em agilizar a burocracia aperfeiçoando os mecanismos administrativos das escolas; na insistência em adotar critérios de mercado na abertura dos cursos e em aproximar o processo formativo do processo produtivo; na adoção dos parâmetros empresariais na gestão do ensino; na criação de “conselhos curadores”, com representantes das empresas, e na inclusão de empresários bem sucedidos como membros dos conselhos universitários [e conselhos de diretor nas escolas técnicas]; no empenho em racionalizar a administração do ensino, enxugando sua operação e reduzindo seus custos, de acordo com o modelo empresarial (SAVIANI, 2008 p. 301).

Percebemos que, as contradições no governo empresarial militar primaram, de um lado, pela valorização e pela necessidade de incentivos ao desenvolvimento educacional do país; de outro, destinaram poucas verbas para área da educação pública, estimulando setores privados vinculados à acumulação de capital facilitando e direcionando para uma política de comodificação, privatização e mercantilização da educação que ganhará força a partir da implantação de políticas neoliberais no Brasil.

2.2. A educação como serviço educacional: o debate na Constituinte de 1987-1988

Horta (2001) evidencia o caráter contraditório das reformas educacionais promovidas no governo empresaria militar: "autoritário e centralizador, sob o ponto de vista político; libela privatizante, sob o ponto de vista econômico" (ibid, ibid, p. 203) muito embora o debate em torno da educação pública e gratuita viesse ocorrendo em várias instâncias da sociedade, desde os anos de 1950, como enfatiza Fávero (2001, p. 241-253).

O debate entre o público e o privado não é uma novidade da Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988, ele vem desde o Brasil Império (FÁVERO, op.cit.). Entretanto este debate entre o público e o privado se apresenta com nova roupagem na Constituinte de 1987-1988 (PINHEIRO, 2001, p. 255).

Entre as articulações do ensino público e do privado, destacaram-se a formação do Fórum de Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito, os encontros da Federação Nacional dos Estabelecimentos de ensino [privado] (FENEN) e das escolas confessionais. Foram essas forças, o grupo ligado á escola cola pública e o vinculado ao setor privado, leigo ou confessional, os principais agentes do conflito na Constituinte (PINHEIRO, 2001 p.259).

É neste contexto que a noção de público sofre uma alteração, que é fundamental entender para melhor analisar o movimento Todos pela Educação, que é o alvo desta pesquisa.

Destaca-se a proposta da FENEN que defendia que o Estado provesse o ensino público, mas garantisse, também, o subsídio para o ensino privado. Tal como o atual movimento Todos pela Educação, a FENEM entendia que o acesso à educação é direito de todos, marcado pela livre escolha daqueles que, mesmo pagando impostos e tendo direito ao

ensino público, preferem as escolas das redes privadas e confessionais, restando ao pobre a única opção da escola pública.

Assim, para a FENEN, "confundia-se a gratuidade do ensino com a escola oficial, que não é gratuita, porque é paga previamente pelo imposto de todos, dela usufruindo apenas alguns" (FENEM, op. cit. apud PINHEIRO, 2001, p. 263).

Neste contexto da Constituinte de 1987-1988, em que todas as propostas de educação tinham como objetivo garantir a aplicação do fundo público na educação, a noção de público é ampliada, incorporando as instituições do setor privado e confessional de ensino, "consideradas idôneas para a prestação de serviço educacional de interesse público" (PINHEIRO, 2001, p. 264). Passou-se, então, ao entendimento de que público não é necessariamente um serviço educacional que esteja nas mãos do Estado, mas também oferecido pelo setor privado e entidades sem fins lucrativos.

Vários pesquisadores vêm evidenciando que as reivindicações da transferência de verbas públicas para o setor privado têm como finalidade aumentar seus lucros com o uso de recursos do Estado. Esta força política tem se fortalecido no campo do ensino, em detrimento da educação pública, gratuita e de qualidade, pelo fato do Estado não ter priorizado sua atuação na esfera pública, ao contrário, contribui para o desmantelamento da escola pública estatal. (PINHEIRO, 2001). O Estado não tem investido na educação pública, gratuidade e de qualidade por causa das condicionalidades do campo econômico, trazidas pelo empresariado, bem como pelos organismos supranacionais. Retira, assim, a responsabilidade do setor empresarial sobre a educação pública estatal, transferindo-a para o setor privado e entidades tidas como sem fins lucrativos.

A proposta da educação como responsabilidade de todos se materializou na Carta Magna de 1988. O artigo 205 trata da educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, apontando para o regime de colaboração de classe e na convivência harmoniosa entre público e privado, preconizada no Art. 206: o ensino deve ser ministrado com base no princípio de "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas", na "coexistência" de instituições públicas e privadas.

Neste sentido, avança o Art.213, que trata da transferência de recursos públicos para o setor privado:

Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em

lei, que comprovem finalidade não lucrativa, e aplique os excedentes financeiro em educação e assegurem a destinação de patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou ao Poder Público, no caso de encerramento das atividades. No parágrafo 1º diz que os recursos que tratam deste artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da rede de sua localidade. No parágrafo 2º “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público (BRASIL, 1988 apud CUNHA, 1991 p.448).

O Plano Nacional de Educação (PNE), também foi previsto pela Constituição em seu artigo 214, permanecendo a visão produtivista de educação do regime empresarial militar, com vistas à centralização da educação, com os seguintes objetivos: erradicação do analfabetismo; universalização da educação; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica.

Entendemos que toda legislação manifesta a luta de classes e, muitas vezes, acomoda a correlação de forças. Assim, a Constituição de 1988 apresenta uma visão progressista de educação ao elencar aqueles objetivos do PNE como forma de pressão da comunidade educacional que, desde meados de 1970, utilizava-se de vários instrumentos a fim de formular diagnósticos, denúncias e propostas para a educação, contando com: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE), Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE), Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação (ANFOPE), Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cadernos do CEDES), Revista Educação & Sociedade, Conferências Brasileiras de Educação (CBE) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (SAVIANI, 2008; CUNHA, 1991; SILVEIRA, 2010).

"Entretanto, o rumo à democracia plena foi arrebatado pelas concepções e propostas neoliberais" (SILVEIRA, 2010, p. 152). O projeto educacional empresarial mantém-se hegemônica, orientou a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN/1996) e do PNE (2001-2011).

A análise empreendida nesta seção contribui para o entendimento do presente histórico, em que o debate entre o público e o privado se acirra, tendo à frente o movimento Todos pela Educação que faz valer seus interesses de classe na arena do Estado e no PNE

(2014-2022). Aproveita-se do desmonte da escola pública e da comodificação da educação para se revestir do caráter público da educação e imprimir a qualidade empresarial no chão da escola.

Capítulo 3 - O Neoliberalismo de Terceira Via e a nova pedagogia da hegemonia

O capitalismo vem se recriando, transformando a realidade, revolucionando constantemente os valores e as práticas nas sociedades, por intermédio do aumento da exploração do trabalho humano. Nas últimas décadas, no Brasil, o neoliberalismo vem se desenvolvendo, por meio de um programa político específico chamado Terceira Via (NEVES, 2011).

Caracterizado por novas ideias e práticas de obtenção do consenso, o neoliberalismo apoia-se no viés da democracia, cidadania, ética e participação, segundo os interesses privados do capital nacional e internacional. Nesse contexto, a educação assume papel fundamental na construção de um projeto de sociedade que se pretende coesa e igualitária.

No Brasil desenvolvimentista, período correspondente aos anos de 1930 a 1989, marcado por um momento de apropriação burguesa do Estado, e um processo de modernização capitalista, desenvolvendo estratégias para sua legitimação social, ampliando de forma fragmentada os direitos à cidadania e interferindo a organização autônoma dos trabalhadores. Ampliando-se na sociedade civil, de uma forma diversificada, através de redes de organismos de obtenção do consenso direta e/ou indiretamente, comprometidos com diferentes projetos societários e também atraindo outros sujeitos políticos e coletivos (NEVES, 2005).

Com o objetivo de reverter a queda da taxa de lucro ocorrida entre os anos 60 e 70, frações da classe empresarial defendiam que essas taxas só subiriam se houvesse uma liberação financeira e comercial, com profunda desregulamentação dos direitos sociais, educacionais, trabalhistas, previdenciários e de saúde (Melo, et al 2015).

Nesse contexto, as organizações da classe trabalhadora que criavam obstáculos para impedir a expansão econômica capitalista, precisaram ser combatidas e desarticuladas. Além disso, essas forças políticas empresariais ainda precisavam difundir em toda sociedade novas bases morais e intelectuais para afirmar esse novo padrão que se constituía. Eles buscavam a preservação da economia de mercado sem desprezar a ideia de justiça social (MELO, et al, 2015).

Segundo Neves (2005), neste período, ocorreram

Várias tentativas da classe trabalhadora, de se tornar protagonista da sua história, tentativas inviabilizadas pelas estratégias burguesas de repressão

ostensiva. No final desse período a burguesia edificou na sociedade civil uma rede grande de aparelhos privados de hegemonia (partidos, sindicatos, movimentos sociais etc.) com o objetivo de difundir e consolidar uma proposta contra hegemônica de sociabilidade para a sociedade brasileira (NEVES, 2005, p.88).

Nesta conjuntura, o aparelho estatal era visto, como “mal” e a sociedade civil como “bem”, pois era caracterizada como um espaço de luta de classes, um espaço de transformação e também conservação, porém, esse sentido se manifesta de outra forma, desde a segunda metade dos anos 1990, porque a sociedade civil passou também a contribuir para consolidar a hegemonia dos grupos dominantes.

Para Duriguetto (2003) a sociedade civil organizada:

não mais se refere a uma esfera de potencial transformador, autonomista, de representação homogênea dos interesses populares, de aversão a toda a forma de representação político-institucional que se contraporía ao caráter autoritário, repressivo e burocrático do Estado, conforme foi concebida por significativas forças progressistas do cenário político nacional dos anos 1980 e que inclusive, fazem parte do bloco de sustentação política do atual governo. Essa nova sociedade civil organizada é concebida como uma esfera pública não-estatal de cidadania, como espaço de interação social que, também homogeneamente, aglutina esforços na direção do bem comum, do interesse público” (DURIGUETO, 2003 apud NEVES, 2005 p. 97).

Esta característica se dá, porque esse novo bloco de forças tem na sociedade civil um importante meio de legitimação do novo projeto social burguês de desenvolvimento e de sociabilidade. Desta forma, logo ganharam espaço na classe trabalhadora, influenciando suas ideias, práticas, e ideais, constituindo-se em sujeitos políticos coletivos, passando a disputar a hegemonia política, cultural, intelectual e moral da sociedade brasileira na aparelhagem estatal e na sociedade civil.

Nesse contexto, é relevante destacar as ações do Instituto Liberal (IL), criado em 1983, caracterizado por uma rede de aparelhos privados de hegemonia, esteve integrado a uma rede internacional estadunidense e latino-americana, empenhada na difusão do pensamento neoliberal pelo mundo. “Fundamentado sobre preceitos morais, políticos e econômicos da doutrina neoliberal, esse organismo exerceu um papel educativo sobre setores da sociedade, formulando e difundindo referências para um novo projeto de desenvolvimento e de sociabilidade para o país” (MARTINS, 2005 p.135)

Segundo Martins (2005), as ações educativas do Instituto Liberal realizaram-se de várias formas, das quais destacamos algumas mais relevantes para o estudo do nosso

trabalho: a realização de colóquios e seminários, com o objetivo de convencer empresários, juristas, economistas, jornalistas e militares de alta patente, em torno da modernização capitalista; cursos de doutrina neoliberal, abertos ao público, formação de grupos comunitários para a divulgação dessa doutrina; implementação de ações diretas na educação básica, especificamente em São Paulo, por meio de cursos de capacitação de professores e da produção de material didático, na educação superior com o objetivo de “desideologizar” os cursos de graduação; avaliação das implicações econômicas e políticas dos projetos que tramitavam no Legislativo Federal; proposição de novos projetos de lei e políticas públicas [...].

Podemos perceber nesses destaques, que essa atuação vem ganhando cada vez mais novos espaços, principalmente no que diz respeito às novas leis educacionais. O Instituto Liberal, na época, foi um importante instrumento para obtenção da hegemonia neoliberal, pois utilizou novas estratégias de obtenção do consenso e aumentou a consciência política coletiva burguesa.

O Conselho Nacional das Indústrias (CNI) também teve uma grande influência na divulgação da doutrina neoliberal, em 1988, ao definir as bases para o reordenamento das políticas industrial, educacional, científica e tecnológica no Brasil, no sentido de promoção da competitividade industrial e da integração do país na economia internacional (MARTINS, 2005).

A partir do Consenso de Washington no ano de 1989¹⁰, a intervenção direta do Estado na economia foi reduzida, como consequência disto, aumentou a pobreza em nível mundial. A solução encontrada pelos grupos no poder foi uma Terceira Via, onde os fundamentos do capitalismo neoliberal foram mantidos e acrescentados algumas medidas paliativas para resolver esse problema.

¹⁰O consenso de Washington era composto por diversos economistas latino-americanos de perfil neoliberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano, reunidos com os objetivos de desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e a redução do papel do Estado. Para promover o desenvolvimento econômico e social os países deveriam agir: com disciplina fiscal, reduzindo os gastos públicos, fazer uma reforma tributária, aumentar os juros do mercado, fazer investimento estrangeiro, eliminar as restrições para a privatização das empresas estatais, operar na desregulamentação e desburocratização, dentro outros aspectos. O ápice deste consenso ocorreu no Brasil ao longo dos anos de 1990, com a implantação da política de privatizações, em que empresas estatais dos ramos de energia, telecomunicações, da mineração e outros foram transferidos para a iniciativa privada. Ao longo dos anos essas políticas foram cada vez mais se instalando. Para mais detalhes ver: (NOGUEIRA, 1994).

No Brasil, a entidade Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) apontava para uma crise de desenvolvimento, ausência de democracia no sistema sindical e no Estado. Essas críticas eram utilizadas para se construir um novo plano de hegemonia, defender a modernização política empresarial e a conscientização política da sua classe.

Para legitimar um novo plano de hegemonia, o PNBE, utilizou o termo “pacto social”, que segundo Grajew (2002), trata-se de

um processo permanente que envolve toda sociedade numa série de negociações e acordos sobre assuntos que interessam a comunidade. É uma cultura política que acredita na participação da sociedade e na negociação como formas de lidar com os conflitos, construir a paz social, consolidar a democracia e produzir melhores resultados a curto e longo prazo (GRAJEW 2002 apud MARTINS, 2005 p.144).

No discurso do PNBE, porém, vemos uma distorção desse conceito, pois um determinado pacto social é lançado para a sociedade e o indivíduo é convencido de que tem responsabilidade naquele pacto, isto é, ele não é consultado nem participa da elaboração deste, mas ele é imposto, e fortalecido pela mídia como bom para todos.

Essa perspectiva do PNBE ligou-se aos princípios políticos da Terceira Via, que propõe, uma “democratização da democracia”, que consiste em forjar um sistema de valores, ideias e formas institucionais e organizacionais mais compatíveis com a noção de colaboração e coesão social. Buscam reafirmar uma ação burguesa de dominação, agora de uma nova forma, com o discurso da importância da participação social na vida do país, buscando eliminar qualquer possibilidade de outra classe intervir na economia, agindo através da política e leis (MELO et. al., 2015).

Com o objetivo de criar um senso comum em relação a existência dessa nova ordem social global, vários intelectuais divulgavam a ideologia da sociedade do conhecimento, afirmando que os velhos paradigmas estavam superados, e que era necessário fazer uma revisão das condutas individuais e coletivas. Essa nova ordem tem por trás a coordenação dos organismos supranacionais, influenciando a política, as questões sociais e a educação. Através dessa nova noção de colaboração social, as diferenças e desigualdade existentes entre as classes foram ocultadas.

Neste contexto, aconteceu a Conferência Mundial de Educação Para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, sob a coordenação da UNESCO e do Banco Mundial, foi um dos espaços de construção do consenso em torno das reformas educacionais que viriam a ser

executadas no final do século XX e início do século XXI. Silveira (2011) destaca que, nesta Conferência foi assinada a Declaração Mundial de Educação Para Todos, cujos fundamentos do projeto de educação são o saber fazer, saber ser e saber estar tendo como meta Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem (NEBAS), as quais compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como leitura e escrita, expressão oral, cálculo, solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo.

As bases para o projeto de educação em nível mundial, determinadas nesta Conferência, encontram boa acolhida no Brasil, com vistas à elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (1993—2003), no governo Itamar Franco, tendo como ministro da Educação e do Desporto Murílio de Avellar Hingel. Este Plano, articulado pela UNESCO, assessorado e financiado pelo Banco Mundial (BM), resultou na reforma educacional brasileira dos anos de 1990 e início dos 2000, promovida em todos os níveis e modalidades de educação, a partir de diretrizes curriculares, referenciais curriculares, parâmetros curriculares nacionais, produzidos de forma inteligente por intelectuais orgânicos do capital – empresários, pesquisadores e professores universitários –, ajustados com o poder público, em todas as áreas de ação do Estado, particularmente a da educação (SILVEIRA, 2011, p. 185).

Do acordo assinado na Declaração Mundial de Educação Para Todos resultaram as políticas educacionais promovidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que focalizou os gastos no ensino fundamental, a separação do ensino médio e técnico, valorizando a educação profissional aligeirada, a restrição dos investimentos na educação superior, em um movimento claro de aproximação do setor empresarial e universidade (PINTO, 2002; SILVEIRA, 2010).

Desta forma, o Estado e o setor privado começaram a dar ênfase na educação primária¹¹ pública engendrada na orientação internacional.

¹¹ A educação primária para o Banco Mundial corresponde ao primeiro segmento de ensino: a educação infantil ao 5º ano; a educação secundária corresponde do segundo segmento ao ensino médio; e educação terciária corresponde ao ensino superior. Nestes termos, é relevante considerar que o Banco Mundial prioriza a educação primária, por ser mais fácil de manipular, de cumprir seus objetivos, que é apenas satisfazer as necessidades da classe trabalhadora, aliviando sua pobreza, e é claro fazendo com que o Estado não precise investir muito nesta área, já que não se exige muitas qualificações para este ensino. Já a educação secundária e terciária traria retornos menores ao Estado, porque elas têm maiores oportunidades se associarem ao setor privado, desta forma o Estado não precisa investir tanto nestas áreas. Para mais detalhes ver: (TELLO; MAINARDES, 2014).

A reforma da educação dos anos de 1990, no Brasil, chegou a matricular 97% das crianças de sete a 14 anos de idade no ensino fundamental, nível constitucionalmente obrigatório e gratuito; no entanto, esse acréscimo quantitativo foi acompanhado pela precariedade da qualidade do ensino ministrado, demonstrando a inadequação das políticas educativas implementadas que sequer conseguem equacionar os problemas da repetência, da evasão e do desempenho escolar, de modo a garantir processos efetivos de escolarização que combatam as desigualdades educacionais (SILVEIRA, 2011, p. 216).

Segundo a teoria do capital humano nesse nível de escolarização é que a formação de novos comportamentos e de novos valores necessários ao trabalho apresenta melhores resultados. Então as recomendações para a ampliação do acesso ao ensino nas camadas populares foram priorizadas no nível mais elementar, e a oferta para expansão em outros níveis foi dirigida para ocorrer de forma progressiva e seletiva com a participação do setor privado (SAVIANI, 2008).

O Serviço Social da Indústria (Sesi)¹², também teve sua atuação nos anos 1990, reorganizando seus padrões de obtenção do consenso através de ações pedagógicas, agindo para conformar um novo tipo de trabalhador que fosse capaz de responder positivamente as mudanças em processo no país, com o objetivo de elevar a capacidade intelectual e moral de frações da classe trabalhadora, e ao mesmo tempo legitimar noções de cidadania e democracia.

A terceira via, formulou um Estado de novo tipo, a criação de um espaço social novo – o terceiro setor – constituído por uma sociedade civil ativa:

[...] Estava em curso uma estratégia mundial capitalista de repolitização da política, que segue mudando rapidamente a arquitetura e a dinâmica da sociedade civil brasileira na atualidade[...]. Essa mudança, se efetiva por meio de três movimentos concomitantes: a conformação de novos cidadãos mediante a consolidação dos valores do individualismo, do empreendedorismo e do colaboracionismo. Os órgãos responsáveis pela difusão desses valores são: a escola, a igreja e a mídia. Que corresponde à assimilação dos movimentos sociais classistas ao projeto neoliberal da Terceira Via; formação de novos valores, desarticulação de um projeto político das classes trabalhadoras, iniciando-se um movimento caracterizado pela proliferação de novos aparelhos privados de hegemonia, denominado de ONG (Organizações Não Governamentais) (NEVES, 2011 p. 232).

¹² O Serviço Social da Indústria (Sesi), tem como objetivo desenvolver uma educação voltada para o mercado de trabalho e aumentar a produtividade da indústria. Ele faz parte do sistema S, que é formado por organizações e instituições referentes ao setor produtivo, como indústrias, comércio, agricultura, transporte e cooperativas. Essas instituições pertencem ao setor privado, no entanto, recebem subsídios do governo para oferecer algumas atividades gratuitamente.

Importante enfatizar, que as ONGs, fundações e associações civis sem fins lucrativos, constituem-se em sua maioria em aparelhos privados de hegemonia, que reproduzem a concepção burguesa mundial no espaço nacional. Essas associações civis privadas são importantes veículos de repolitização da política, devido ao financiamento externo de suas atividades (NEVES, 2005).

Neste neoliberalismo de Terceira via, Segundo Neves (ibid.) se reestruturam as relações de poder, a “concertação social” se estabelece como prática política, em que o bloco histórico hegemônico cede as pressões sociais fragmentárias, para manter as bases do seu projeto hegemônico como um todo.

Percebemos essas ações na reforma do ensino superior, onde o governo oferece o Prouni (Programa Universidade para Todos), oferecem aos professores uma nova carreira, novos salários, cativam os pesquisadores, distribuem recursos aos dirigentes do ensino superior, mas na verdade implementam o projeto de Educação Terciária proposto pelos Banco Mundial, Unesco e OCDE.

As ações neoliberais de Terceira Via fundamentam a nova pedagogia da hegemonia¹³, pois delegam a aparelhagem estatal as atividades de organização do consenso, a repolitização das relações de produção, por meio das redefinições da relação entre sociedade política e sociedade civil, objetivando estabilizar um projeto neoliberal de sociabilidade.

Algumas ações dessa pedagogia, pontuadas por Neves (ibid.), dirige-se à formação de valores para a nova sociabilidade e aos incentivos de uma participação voltada para mobilização política pautada em soluções individuais; a repolitização dos aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora, rebaixando o nível de consciência política; e estímulo a criação de novos sujeitos políticos coletivos dedicados a defesa de interesses extra-econômicos e a execução das políticas sociais governamentais.

Os empresários diretamente ou junto ao Estado, também com o uso da coerção, passaram a utilizar abundantemente, estratégias de obtenção do consenso, influenciando na formulação e execução do conjunto das políticas sociais, com especial ênfase na educação. Sua maneira de aparecer e atuar nos diversos contextos e nos canais de comunicações, constitui-se como principal característica dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia.

¹³ Chamada assim, pois, segundo os conceitos de Gramsci, toda hegemonia é pedagógica (NEVES, ibid.).

A implantação do projeto de sociabilidade neoliberal da Terceira Via, estendeu-se na primeira metade dos anos 1990, ocorreu a privatização das empresas estatais, um desmonte do Estado inspirado no modelo de bem-estar social, precarizando as políticas sociais públicas e estimulando sua privatização (NEVES, *ibid.*).

De produtor direto de bens e serviços, o Estado passou a ser coordenador de iniciativas privadas, desta forma, a privatização tornou-se a principal política estatal e efetivou-se a desreponsabilização direta e universal deste órgão, impulsionando e fortalecendo o capital estrangeiro e o capital nacional. “Como condicionalidade dos empréstimos concedidos ao Brasil, os organismos internacionais, exigiram, como estratégia de legitimação social, a implantação de mecanismos para a consolidação de uma nova sociedade civil colaboracionista” (MELO et al. 2015 p.40).

Na sociedade civil, iniciou-se por meio dos meios de comunicação de massa, surgiram novos movimentos sociais, e as organizações não governamentais começaram a ter maior visibilidade no quadro político, com vistas a criar na sociedade o consenso para suas novas propostas. Segundo Neves (*op. cit.*), para FHC, então presidente da República, tratava-se "do fortalecimento da sociedade civil, mediante o envolvimento espontâneo das pessoas em atividades cívicas e coletivas as mais diversificadas" (NEVES, 2005, p. 94)

As políticas econômicas desse governo estiveram voltadas à expansão e o fortalecimento do sistema financeiro, por meio da desregulamentação dos mercados e da liberação dos fluxos de capitais, um grande processo de fusão em todos os setores da economia brasileira, permitindo o crescimento e fortalecimento de grandes corporações internacionais, e também a concentração e o controle do sistema financeiro nas mãos de poucos grupos econômicos. Em 1995, as forças empresariais foram politicamente acomodadas e uma nova unidade burguesa foi construída. A presença efetiva do capital estrangeiro marca a internacionalização da economia nacional em todos os setores de atividades (MARTINS, 2005).

Com a subida de Lula da Silva ao poder, este projeto de sociabilidade teve continuidade, em nome do que os intelectuais neoliberais denominam governabilidade ou governança. Marcado por uma forte mobilização social, a democratização da democracia voltou-se para os “excluídos sociais e culturais”, implantou o Programa Fome Zero, a Bolsa Família, restaurantes populares entre outros, fatos estes, que viabilizaram o seu espaço e aceitação do seu governo. Estes aspectos contribuíram para:

Redefinir o padrão nacional de politização fordista, com vistas a sedimentar os pilares da nova pedagogia da hegemonia, tendo como diretriz política ideológica a radicalização da democracia proposta conjuntamente pelos organismos internacionais, pelos participantes da Governança Progressista, pelos intelectuais orgânicos da nova social-democracia brasileira, quer na sua versão “psdbista”, quer na sua versão petista (NEVES, 2005, p.99).

Agora, o empresariado brasileiro imbuído de responsabilidade social expressa o encerramento de crise e tensões hegemônicas e indica novas políticas. Essa intervenção social dos empresários é na realidade uma nova perspectiva da atuação educativa da classe burguesa, buscando a legitimação de sua condição de dirigente de toda a sociedade (MARTINS, 2005 p.151). Trata-se da:

1) formulação de ideias e projetos dentro da matriz neoliberal da terceira via, para orientar a ação empresarial; 2) Convencimento e mobilização dos empresários dos mais diferentes setores em torno da ideologia da responsabilidade social; 3) representação política junto a aparelhagem estatal, para desenvolver e fortalecer concepções e políticas sociais referenciadas na responsabilidade social empresarial; 4) disseminação, junto a toda a sociedade, de que as empresas são sensíveis as causas sociais; 5) convencimento de que qualquer melhoria de vida da população só será possível com o envolvimento de todos em trabalhos voluntários, em campanhas comunitárias, nas doações em dinheiro, na conscientização de que todos devem ser movidos pela responsabilidade social (MARTINS, 2005 p.151).

Essas medidas reforçam, difundem e aprofundam a ideologia neoliberal da Terceira Via, nela está embutida a ideia de que o Estado não é capaz de se responsabilizar e resolver os problemas sociais. A educação, a saúde e a assistência social passam a ter caráter assistencialista e filantrópico, cujo o terceiro setor¹⁴ vem partilhar as responsabilidades a partir de uma rede de parcerias, tal como vemos hoje diversas empresas sócias em prol de uma suposta melhoria.

No processo de difusão dessa nova cultura cívica neoliberal, podemos destacar as atividades educacionais desenvolvidas pela fundação Bradesco, Roberto Marinho (FRM), que são postas em práticas pela Rede Globo de Televisão. A colaboração entre a FRM e o governo é intensa, pois uma hora o governo financia ações dessa fundação outrora a FRM participa de iniciativas governamentais nas três esferas administrativas.

¹⁴ O terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público. Isto é, fazem parte do setor privado mas recebem subsídios do governo para o seu funcionamento. São elas as Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

Nossa análise nos conduz a perceber a convergência dos interesses empresariais para movimento Todos pela Educação, o grande articulador e desenvolvedor de diversos programas educacionais em nível nacional, para garantir, ampliar e fortalecer os empresários e os aparelhos privados de hegemonia.

Podemos perceber que a escola tem tido um papel pedagógico fundamental na conformação do novo homem coletivo requerido pelo neoliberalismo da Terceira Via. Sob essa perspectiva,

A partir de 1995, vem sendo postas em prática reformas educacionais que alteram as funções econômicas e políticas sociais da escola brasileira. Essas reformas têm por finalidade formar, no espaço nacional, intelectuais urbanos de novo tipo, ou seja, especialistas e dirigentes que, do ponto de vista técnico, possam aumentar a competitividade e produtividade do capital, nos marcos de um capitalismo periférico e, do ponto de vista ético político, possam criar e difundir uma nova cidadania política, baseada na colaboração de classes [...] (NEVES, 2005p. 104.).

Esse novo intelectual urbano deverá apresentar “uma nova capacitação técnica, o que irá implicar uma maior submissão da escola aos interesses e necessidades empresariais e uma nova capacidade dirigente, com vistas a “humanizar” as relações de exploração e de denominação vigentes” (MELO, A. 2004, apud NEVES, 2005 p.105).

No governo Lula da Silva (2003-2010), os programas educacionais também passaram a ser prioritários, como o Brasil alfabetizado, alfabetizar para incluir, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), e a reforma do ensino superior. A formação da cidadania foi o elemento propulsor dessas reformas educacionais.

Mesmo que houvesse uma melhoria qualitativa na educação nessas reformas, ela se concentrou na melhoria das condições gerais da educação, reestruturando programas já existentes e criando novos programas exigidos pelo desenvolvimento das forças produtivas, em especial aqueles que envolveram a aprendizagem do uso de novas tecnologias de informação e de comunicação em processo de expansão. [...] O mais importante era colocar as crianças e jovens na escola, o conteúdo escolar ficava a segundo plano. [...] Buscando atender as necessidades de ampliação de racionalidade científica tecnológica e de formação de novos quadros para difundir no âmbito escolar os valores de empreendedorismo e de colaboracionismo, tornou-se estratégia hegemônica novas políticas de formação inicial e continuada de professores (MELO et al., 2015 p.40).

Nesta conjuntura, prossegue Melo (2015) afirmando que, os empresários brasileiros, por meio de seus institutos, fundações e organizações patronais, desenvolveram uma rede de parcerias com as instituições escolares e secretarias municipais e estaduais de educação colocando a nú as parcerias público-privadas. Dessa forma, o empresariado difunde mais fácil e rapidamente seu ethos empresarial. Enquanto isso, a organização da classe trabalhadora, incorpora total ou parcialmente, o projeto burguês de educação, afastando da concepção da educação omnilateral, que possibilitaria o processo de escolarização transformador (Ibid, ibid, p. 41).

Capítulo 4 - O movimento Todos pela Educação

No capítulo 2, vimos que a proposta da educação como responsabilidade de todos esteve presente nos debates constituintes de 1987-1988, materializando-se na Carta Magna de 1988. Daí por diante, deslancham-se iniciativas privadas de educação que contaram com o apoio do Estado, caracterizadas pelas parcerias público-privadas, para a construção de uma nova pedagogia da hegemonia.

Também vimos, no capítulo 3, que no ano de 1990 ocorreu a Conferência Mundial de Educação Para Todos, promovendo um consenso em torno de uma educação supostamente de qualidade, universal que satisfizesse as necessidades básicas de aprendizagem. Para tanto, novas alianças - as hoje parcerias público-privadas -, e crescentes articulações, são tomadas como necessárias em todos os níveis e órgãos de governo, bem como de organizações não governamentais, do setor privado e de comunidades (UNESCO, 1990).

Neste sentido, um compromisso coletivo foi assumido para atingir os objetivos e metas de Educação para Todos, assinado no ano de 2000, n'O Marco de Ação de Dakar, que destacava ser "essencial que novos compromissos financeiros concretos sejam firmados pelos governos nacionais e também pelos doadores bilaterais, multilaterais, incluindo-se o Banco Mundial, os bancos regionais de desenvolvimento, a sociedade civil e as fundações" (UNESCO, 2000 apud SILVEIRA, 2011, p; 186).

Neste sentido, o neoliberalismo de terceira via guia o bloco no poder na orquestração de novos projetos e práticas de sociabilidade como estratégia de obtenção do consenso, do fortalecimento e legitimação de interesse empresarial.

Cria-se, assim, no ano de 2006, o movimento Todos pela educação sobre a afirmação de que os problemas sociais, em geral, e da educação básica, em particular, estariam impedindo a capacidade de inserção competitiva do país no mercado mundial, pois que os objetivos e metas traçados nas conferências e acordos com os organismos supranacionais não se cumpriam.

Reunindo um grupo de 27 empresários mantenedores ou parceiros do Banco Itaú, Banco Bradesco, Canal Futura, Editora Moderna, Instituto Airton Senna, Organizações Globo, Gerdau, Banco Santander, Dpaschoal, Saraiva, Faber Castell, Grupo Suzano, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) entre outros, o TPE encontra-se estruturado a

partir de um pacto entre a iniciativa privada e esferas públicas do governo (LEHER, 2013 apud GUIMARÃES, 2013).

Vale destacar que, Grupo Itaú, formado pela Fundação Itaú Social, o Instituto Unibanco e o Itaú BBA¹⁵, exerce liderança entre as dez instituições mantenedoras do TPE. Não sem razão, a campanha dos livros infantis, intitulada Itaú transforma adulto em herói da história, veiculada pela mídia.

De acordo com Leher (2013), o TPE teve maior relevância,

quando se associou aos objetivos do Movimento Brasil Competitivo, criado cinco anos antes por Jorge Gerdau, presidente do Todos pela Educação e do Grupo Gerdal, um dos mantenedores dessa instituição. Em 2005, as principais frações do capital, incluindo os integrantes do MBC (Movimento Brasil Competitivo), realizaram o congresso intitulado “Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina”. Este congresso foi organizado por três organizações empresariais: Instituto Gerdau e as Fundações Jacobs e Coleman, ambas com sede na Suíça. Este evento permitiu a apresentação e a legitimação política do projeto Compromisso Todos pela Educação e fortaleceu no meio empresarial a importância de uma organização com capacidade para defender interesses de classe burguesa na sociedade civil e intervir na definição de políticas educacionais no Estado. Os empresários brasileiros saíram do congresso com metas, estratégias, cronograma e uma forte mobilização para iniciar a construção de um pacto nacional em defesa da Educação Básica brasileira” (apud GUIMARÃES, 2013 p.3).

Uma das intelectuais orgânicas da classe empresarial, publicou um artigo em um importante jornal do país, que pode ser considerado como um resumo desse congresso para a TPE:

Só a educação de qualidade pode formar a base de um novo projeto de país, mais justo e mais desenvolvido. Foi exatamente esse o espírito do encontro na Bahia: ao analisar o triste cenário no Brasil e na América Latina, os 250 participantes do evento chegaram à conclusão de que a educação é, neste momento, a mais importante política pública e que assegurar a sua qualidade, especialmente para os menos favorecidos, constitui o melhor instrumento para reduzir nossas históricas desigualdades sociais. [...]. É a crença de que a educação deixará de ser pauta de importância secundária apenas quando todos os setores fizerem a sua parte de forma integrada e sinérgica. Pela primeira vez, um grupo de lideranças, apoiado por organizações da sociedade civil e em sintonia com os governos, decidiu juntar esforços em torno de um grande projeto educacional para o país. Como demonstração de vontade, a maioria dos presentes subscreveu sua participação no movimento "Compromisso Todos Pela Educação" [...]. Na prática, a adesão significa colocar energia e recursos no cumprimento da

¹⁵ O Itaú BBA é o maior corporate&investmentbank da América Latina e faz parte do grupo Itaú Unibanco, um dos maiores conglomerados financeiros do mundo.

missão de efetivar o direito à educação de qualidade para que, em 2022, bicentenário da Independência do Brasil, todas as crianças e jovens tenham acesso a um ensino básico que os prepare para os desafios do século 21 (VILLELA, 2006, p.03 apud MARTINS, 2009 p.5).

O TPE afirma-se como “um movimento da sociedade civil brasileira”, apartidário e plural, que produz conhecimento, fomenta e mobiliza uma demanda social por uma educação de qualidade, bem como defende a ideia de que: “o Brasil só será verdadeiramente independente quando todos seus cidadãos tiverem uma Educação de qualidade”, entretanto, a educação que lhes convém.

. Neste sentido, suas metas e ações estariam assegurando “a todas as crianças e jovens o direito à Educação Básica de qualidade” (TPE, 2013). É a respeito dessa nova sociedade civil ativa, da qual falamos anteriormente em outro capítulo, comprometida com o empresariado, atuando junto aos seus parceiros na busca pela hegemonia e consolidação dos grupos dominantes. Buscando a conformação de novos cidadãos mediante a consolidação dos valores do individualismo, do empreendedorismo e do colaboracionismo.

Segundo Martins (2009) a noção de “independência” do TPE sugere que os empresários seriam portadores de um projeto de refundação do capitalismo no país sob o princípio da autonomia, ou seja, de não subordinação internacional. Só que o que vemos não é isso, pois esse movimento conta com apoio e segue orientações de organismos supranacionais como foi apresentado acima. Uma hipótese sobre o significado dessa ideia pode estar ligada a questão de obter uma hegemonia nos diversos setores da sociedade, e a crença de que o TPE é um organismo preocupado com o país, com bons objetivos em suas propostas.

4.1. Os objetivos e formas de atuação do TPE

No ano de 2006, um grupo de empresários e representantes das esferas municipal, estadual e federal de educação, como membros do CONSED e da UNDIME, entre outras organizações passaram a unir esforços, afirmaram um compromisso em defesa da educação pública proposto pelo TPE, “a unidade política passou a ser denominada de uma ampla aliança intersetorial em defesa de um projeto de nação” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007 apud MARTINS, 2009 p.7).

O movimento Todos pela Educação passa a atuar então, como um partido político, segundo os conceitos de Gramsci, isto é,

um sujeito coletivo com uma ou mais camadas de intelectuais que dão homogeneidade e consciência a própria função, não apenas no campo econômico mais também no social e político, compõe categorias especializadas para o exercício das funções intelectuais, com a função de homogeneizar e conscientizar no campo intelectual moral e cultural com o objetivo de garantir uma coesão e coerência com o campo econômico” (GRAMSCI, 2007 apud SILVEIRA, 2011, p. 10-11).

O TPE atua exatamente desta forma com representantes de diversos setores da sociedade, com uma forte mobilização que atinge as camadas mais baixas até as mais elevadas, buscando promover o consenso, a homogeneidade política e educacional da classe empresarial, bem como reduzir o conflito entre as classes, garantindo, assim, espaço no poder político.

Segundo o TPE, o Brasil jamais alcançará a competitividade no mercado mundial se não houver desenvolvimento econômico acompanhado de justiça e igualdade de oportunidades educacionais para todas as crianças e jovens em idade escolar. Se na aparência, a proposta político-pedagógica do TPE possui traços progressistas, na essência, ela é conservadora na medida em que articula a racionalidade funcional-econômica burguesa aos aspectos sociais e culturais da sociedade, assumindo, desse modo, um caráter humanitário e missionário de combate à desigualdade educacional.

Assim, o TPE vem se organizando em torno de cinco metas a serem alcançadas até 2022:

- 1) Todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos devem estar na escola;
- 2) Toda criança deve estar alfabetizada até os 8 anos;
- 3) Todo aluno deve portar conhecimento de acordo com a idade-série;
- 4) Os jovens devem concluir o ensino médio até os 19 anos de idade;
- 5) Investimento em educação ampliado e bem gerido.

Dentre as principais bandeiras do movimento, levantadas no ano de 2010, a partir de assuntos ditos como prioritários para a melhoria da educação, e com o objetivo de defender políticas que possibilitem a aceleração do cumprimento das metas, são¹⁶:

- a) Melhoria da formação e carreira do professor,
- b) Definição dos direitos de aprendizagem,
- c) Uso pedagógico das avaliações,
- d) Ampliação da oferta de Educação Integral, aperfeiçoamento da governança e gestão.

Daí o discurso de que só o envolvimento e a participação de diversos segmentos da sociedade, particularmente do empresariado – engajados na obtenção das mesmas metas, bandeiras e atitudes, alinhados com as diretrizes das políticas públicas educacionais – a sociedade brasileira conseguiria encontrar as melhores e efetivas soluções e condições para a mazela educacional.

Em 2013, o TPE¹⁷ realizou uma pesquisa nas cinco regiões do Brasil para ouvir pais de alunos e educadores sobre as ações e comportamentos que favorecem a parceria entre família, escola e comunidade e que influenciam positivamente no aprendizado dos alunos. Com base nessa busca, propõe 5 Atitudes que mostram como a população brasileira pode ajudar crianças e jovens a aprender cada vez mais e por toda a vida. As Atitudes se apoiam nos seguintes pressupostos: vínculo afetivo, frequência, reconhecimento de avanços, diálogo e bons exemplos. São elas:

- 1) Valorizar os professores, a aprendizagem e o conhecimento;
- 2) Promover as habilidades importantes para a vida e para a escola;
- 3) Promover as habilidades importantes para a vida e para a escola, colocar a Educação escolar no dia a dia;
- 4) Apoiar o projeto de vida e o protagonismo dos alunos;
- 5) Ampliar o repertório cultural e esportivo das crianças e dos jovens;

¹⁶Em PASSOS (2013), podemos ver neste mesmo ano, quais eram as bandeiras do TPE: o currículo e a valorização dos professores, o fortalecimento das avaliações, responsabilização dos gestores, melhoria das condições para a aprendizagem e definição do direito para a mesma. Podemos perceber a inclusão da educação integral.

¹⁷ Disponível em: <www.5atitudes.org.br>.

De modo a acompanhar e controlar as citadas metas e bandeiras, o TPE conta com três setores:

- A área técnica que promove pesquisas, e avaliações sobre aspectos quantitativos, e promove pesquisas para o aperfeiçoamento dos resultados das metas e políticas educacionais, junto as empresas parceiras e associadas ao TPE.

- A área de comunicação e mobilização com objetivo de disseminar as propostas, os dados e as ações que estão promovendo, obter a mobilização de diversos setores da sociedade pela melhora da educação básica, utilizando-se de diversos recursos e profissionais na mídia;

- A área de articulações e Relações Institucionais onde promove reuniões com os parceiros da iniciativa privada, do poder público e da sociedade civil a fim de que os resultados das metas e das bandeiras possam ser alcançados mais rapidamente.

Para conseguir se tornar um organismo reconhecido, e difundir seus objetivos o Todos Pela Educação (2015) exerce um forte poder na mídia:

- Promove a Educação em Pauta, encontros periódicos entre especialistas e jornalistas sobre temas ligados a Educação para auxiliar e incentivar a cobertura jornalística da área;

- Elaborar e envia quinzenalmente o Boletim do Todos Pela Educação, com matérias e sugestões de pautas geradas pelo próprio movimento.

- O Boletim Educação na mídia, envia o clipping diário com notícias sobre Educação Básica publicada pelos principais veículos de comunicação do país.

- Distribui mensalmente o kit de conteúdo editorial gravado do projeto No Ar: Todos Pela Educação para cerca de 2,5 mil radialistas do Brasil, apoiando uma rede de radialistas comprometidos com a Educação.

- Mantém parceria permanente com agências e diversos veículos de comunicação de todo o país para divulgar campanhas publicitárias focadas no tema de Educação de qualidade para todos.

- Mantém sempre atualizado o site institucional e as redes sociais (Facebook, Twitter, Youtube) para difundir informações e mobilizar a sociedade pela melhora da Educação Básica.

- De Olho das Metas, que é um relatório anual que analisa e o esforço do Brasil, dos estados e municípios, para que as 5 metas sejam cumpridas.

- Promove pesquisas de identificação e promoção dos estudos necessários para o aperfeiçoamento dos diagnósticos e das políticas públicas.
- Realizam campanhas publicitárias onde possui parceria permanente com agências de diversos veículos de comunicação de todo o País para divulgação de campanhas publicitárias focadas em Educação de qualidade para todos.
- Observatório do PNE que é uma iniciativa de vinte organizações ligadas à Educação sob a coordenação do TPE, é uma plataforma online que traz o monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e de suas respectivas estratégias. Reúne indicadores, análise, informações sobre políticas públicas em vigor, estudos, pesquisas e notícias.
- Articulações políticas e institucionais – promoção do alinhamento em torno das Metas, Bandeiras e Atitudes, das ações, projetos e programas dos poderes executivo, legislativo e do sistema de justiça, bem como de investimento social privado, para que os resultados possam ser acelerados.
- Junto com a Editora Moderna o TPE cria o Anuário Brasileiro da Educação Básica, onde contém estatísticas e análises importantes para a compreensão do cenário atual da educação no Brasil.
- Junto com o Instituto Inspirare cria o manual: Inovações Tecnológicas na educação: Contribuições para gestores públicos, com o objetivo de evidenciar como as inovações geradas pelo uso de tecnologias digitais podem aportar qualidade e equidade à educação brasileira. Busca ainda orientar gestores públicos na formulação e implementação de políticas e programas eficazes nessa área¹⁸.

Podemos destacar também do site do TPE seus projetos para melhor coordenar e atingir seus objetivos, são eles:

- Grupos de assessoramento formado por uma coordenação de grupos de assessoramento sobre importantes temas da Educação, formando uma rede de parceiros da iniciativa privada, do poder público e da sociedade civil comprometida com o cumprimento das 5 Metas.

¹⁸O documento faz parte de uma série de textos gerados a partir de encontros organizados pelo movimento Todos Pela Educação (TPE) por meio dos chamados grupos de assessoramento (GAs). Os GAs têm como intuito formular propostas de políticas públicas em Educação com foco na melhoria da qualidade do ensino público brasileiro. Cada GA conta com a coordenação do TPE e de uma organização parceira, de acordo com o tema, nesse caso o Instituto Inspirare. O grupo é composto por pesquisadores de diversos institutos, fundações e da academia, além de representantes do governo. O GA que formulou o presente documento se reuniu ao longo de 2013 e primeiros meses de 2014. Disponível em: < <http://www.todospelaeducacao.org.br> Acesso jun 2015. >

- Devolutivas pedagógicas das avaliações de larga escala: com este projeto, o TPE busca oferecer aos professores em sala de aula uma tradução pedagógica dos resultados das provas em larga escala, particularmente, a Prova Brasil.¹⁹
- Estudos: promove a produção de conhecimento sobre temas educacionais, buscando sempre aproximar a produção acadêmica da gestão pública. O objetivo dos estudos é fornecer diagnósticos e evidências que subsidiem o desenho de melhores políticas públicas de Educação.
- O Congresso Todos Pela Educação onde a cada dois anos, o Todos Pela Educação realiza um Congresso Internacional que procura reunir os principais especialistas brasileiros e estrangeiros nos mais variados temas ligados à Educação pública.
- Reduca que é uma Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (Reduca) foi lançada em 2011, em Brasília, DF, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e é formada por organizações sociais de 13 países latino-americanos que compartilham a mesma missão e compromisso público de participar ativamente e contribuir com seus governos para que toda e cada criança e jovem da região possa exercer plenamente o direito à Educação inclusiva e de qualidade.

O TPE exerce, também, grande influência no mercado editorial, do qual podemos destacar as editoras: Saraiva, Abril, Santillana, IBEP/Cia. Editora Nacional e FTD. No setor público o Grupo Positivo comercializa livros didáticos para municípios de todo o país, além dos livros que fazem parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), editora Moderna.

Com um tempo significativo de existência e contando com a mídia e o mercado editorial, as ações do TPE são nítidas na sociedade, em geral, e no campo educacional, em particular, a exemplo do chamado Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) lançado pelo MEC, Portaria nº1.458, de 2012, segundo:

Aos oito anos de idade, as crianças precisam ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013).

¹⁹O projeto é uma iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do movimento Todos Pela Educação e da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (Abave), com apoio do Itaú BBA.

As ações do pacto se apoiam em quatro eixos, quais sejam, Formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo; Materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; Avaliações sistemáticas; Gestão, mobilização e controle social (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013).

Os governos, federal, estadual e municipal, ao aderir a este pacto assumem o compromisso de suprir as necessidades básicas de aprendizagem, quais sejam alfabetizar na língua portuguesa e desenvolver habilidades elementares em matemática, pois são as duas matérias avaliadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas e Estatísticas (INEP), por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

A questão aqui colocada é se essas provas podem, realmente, aferir o que cada aluno pode apreender do conteúdo que lhe foi ensinado. Observa-se que, a grande preocupação deste instrumento de avaliação, não está centrada no desenvolvimento das diversas capacidades de crianças e jovens, e muito menos no conhecimento apreendido em outros conteúdos que permitem uma formação integral, mas sim numa educação básica interessada ao mercado, isto é, uma formação para o trabalho simples, de modo a atender as demandas do mercado competitivo seja no comércio, nas empresas de telemarketing e outros serviços que exigem mínimo de conhecimento e formação.

Essas avaliações externas, segundo sua concepção, visam medir a qualidade da educação oferecida em cada país, compará-la, e estabelecer novos rumos e projetos para que haja uma melhoria na educação, e cada país possa ser classificado segundo suas próprias normas e padrões de desempenho²⁰. Dentre elas podemos destacar o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), o ENC (Exame Nacional de Cursos conhecido como Provão) posteriormente, substituído pelo Enade (Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior), o Enceja (Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos), o Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), a Prova Brasil e o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e Avaliação da Pós-Graduação da Capes. Podemos ver nessas provas a característica da avaliação quantitativa, a maioria delas são regulados pelos organismos internacionais como OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico)²¹ e Banco Mundial.

²⁰ Me refiro aqui aos padrões da UNESCO, OCDE e Banco Mundial.

²¹ Afirmam que por meio da comparação internacional pode-se avaliar o sistema educacional de cada país. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseducacao-indicadores_financ_internacionais-ocde.

Observamos, que quando a avaliação é feita por esse ângulo, basta para o aluno conseguir avançar de série e memorizar, não entendem o sentido dos conteúdos, não formam seus próprios conceitos e não desenvolvem sua autonomia. É formado assim um modelo simplesmente classificatório de avaliação, onde os alunos são considerados aprovados ou não aprovados, o processo de aprendizagem é desprezado, e é inibida a possibilidade de criação e circulação de novas ideias. Temos hoje o que podemos chamar de uma “pedagogia do exame”²², cujo objetivos estão voltados para um treinamento em resolver provas e exames, tudo está centrado nas promoções. O que importa nesta pedagogia são as notas e não o processo, elas são consideradas como se nada tivesse haver com aprendizado, o caminho percorrido para que o aluno chegasse até aquele conhecimento.

É conveniente destacar aqui a questão da formação continuada, realizada também sobre aspectos quantitativos, que desconsidera o conhecimento adquirido pelo professor na sua formação inicial, e no decorrer da formação, eles apresentam o conceito de forma muito básica, trazendo apenas algumas ideias centrais de determinado autor, já que o seu método é referencial e eficaz etc.

Outro fator que merece destaque, diz respeito ao fato da mobilização e controle social estar inserido nos objetivos do TPE, sem nenhum medo de destacar que buscam propagar isto, nos professores, nos alunos, no governo público, e com isso atingindo a sociedade como um todo. Eles colocam o fato da mobilização como algo bom para a educação, nos seus discursos apresentam como algo necessário e importante para a população, que todos devem saber das suas propostas, que é importante que apoiem, pois só será alcançado quando tiver a participação de todos.

É um setor que está sempre atento as mudanças, e não se cansa de disseminar sua hegemonia, e a garantia dos seus projetos. Em seu site, no ano de 2013, em comparação com o que vemos no ano de 2015, ouve um aperfeiçoamento significativo. Incluíram novas propostas, como a parte das Atitudes, projetos, pesquisas e parcerias. Constatamos então, um minucioso trabalho e empenho dos participantes do TPE, em fazer cumprir seus objetivos, há uma intensa publicação de artigos referidos a suas propostas, como acompanhar o PNE (Plano Nacional de Educação). Percebemos uma grande necessidade de que os objetivos do mesmo

²²Ver Luckesi (2006);

sejam alcançados com urgência, em uma reportagem²³ recente, até destacaram alguns itens que já deveriam ter sido cumpridos.

4.2. O TPE como reformadores da educação no Brasil: suas ações e influência na educação pública

Atualmente, presenciamos cada vez mais o fortalecimento dos setores empresariais na educação, Freitas (2012), destacou esses grupos de empresários como “reformadores” junto ao governo, estes, foram comparados aos “*corporate reformers*”, os reformadores da educação nos Estados Unidos, refere-se a um acordo entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos, fundações privadas e pesquisadores com o discurso de que suas propostas são mais adequadas para “consertar” a educação. No caso do Brasil temos o Movimento Todos Pela Educação (TPE) com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica.

O tipo de atuação destes empresários é relacionado a teoria behaviorista, segundo Taubman,

a psicologia behaviorista, com o apoio das ciências da informação e neurociência, constrói uma cultura da auditoria, refere-se à emergência de sistemas de regulação na qual as questões de qualidade são subordinadas à lógica da administração e na qual a auditoria serve como uma forma de meta-regulação por meio da qual o foco é controle do controle (TAUBMAN 2009, p. 108 apud FREITAS, 2012 p.382).

A base dos mecanismos de controle exercidos por esses empresários, pode ser encontrada nos trabalhos de Skinner (1972), onde

os reforçadores inventados da sala de aula não se relacionam de perto com vantagens imediatas ou a longo prazo e fazem com que seja fácil, para o professor, perder de vista o significado do que está ensinando e, para os que mantêm a educação, perder contato com o que está realmente ensinado (SKINNER, 1972 p.219 apud FREITAS 2012, p.382).

Mas foi Gilbert (1978), quem melhor formulou a teoria da competência humana, ele afirma que

²³ Reportagem 25 junho: PNE completa um ano com poucos avanços em sua implementação. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br>>.

para conseguir resultados com valor, é necessário reforçar, ou seja, premiar a performance, os resultados e não o comportamento em si. Ele diz que o comportamento tem sido visto como um meio para um fim. Na sua concepção, (...) pessoas competentes são aquelas que podem criar resultados valiosos sem o uso excessivo de comportamentos dispendiosos” (GILBERT, 1978, p. 17 apud FREITAS p.382).

O movimento Todos pela Educação é o articulador dessas teorias, possui uma ligação com ONGs, Institutos e organizações financiadas por empresas e corporações privadas. A brecha para sua atuação na educação é dada pelas organizações sociais públicas não estatais de direito privado.

Diante dessa conjuntura, a lógica de produção foi então transferida para a educação, com ênfase em gestão e no investimento em tecnologia. Temos hoje em dia, o que podemos chamar de neotecnismo, de acordo com Freitas (2012):

O tecnicismo se apresenta, hoje, sob a forma de uma “teoria da responsabilização”, meritocracia e gerencialista, onde se propõe a mesma racionalidade técnica de antes na forma de “*standards*”, ou expectativas de aprendizagens medidas em testes padronizados, com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições), ancorada nas mesmas concepções oriundas da psicologia behaviorista, fortalecida pela econometria, ciências da informação e de sistemas, elevadas a condição de pilares da educação contemporânea. Denominamos esta formulação neotecnismo” (p.383).

Desta maneira, o neotecnismo se apresenta em categorias como responsabilização, meritocracia e privatização, caracterizado por um controle dos processos educacionais objetivando resultados através de testes. O aluno passa então, a ser alvo de recompensa da escola.

A OCDE, (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), com o interesse em aparelhar a educação a partir dos interesses empresariais, avaliam a educação no mundo a partir de padrões em um teste chamado PISA. O IDEB, atrela-se a aos padrões internacionais da OCDE. Podemos perceber, que desta forma os objetivos educacionais estão sendo planejados de fora para dentro do país.

Esses testes padronizados, na verdade, são utilizados como meios de selecionar a força de trabalho e monitorar os rumos da qualificação de mão de obra. Avaliam não só o conhecimento dos alunos, como também o nível socioeconômico, pois a nota é relacionada ao nível socioeconômico do aluno. Medindo apenas a competência e a habilidade dos alunos e não o conteúdo escolar em si.

O sistema de responsabilização, geralmente é composto por esses testes, pela divulgação pública dos resultados de desempenho da escola, recompensas para a escola e professores e sanções. Gerando uma disputa em termos de aproveitamento, tanto dos alunos com mais capacidade, como daqueles que não se aproximam da média, o que confirma a seleção de um grupo. Tratando a educação de uma forma homogênea, nivelando o conhecimento de todos, o que na verdade não é assim.

“A meritocracia está baseada na igualdade de oportunidades e não de resultados” (FREITAS, 2012 p.383). Segundo esta concepção, todas as crianças têm as mesmas oportunidades, alcançar algo, depende do esforço pessoal de cada uma, nessas condições, não são levados em consideração as condições de vida de cada uma. As diferenças sociais são vistas pela escola, como diferenças de desempenho, o que nos leva a conclusão de que a escola não consegue resolver essas diferenças, apenas oculta as desigualdades sociais e sustenta a diferença de resultados.

Nessas perspectivas, os professores costumam trabalhar sob pressão, e tendem a concentrar-se mais nos alunos com melhor desempenho, procurando fazer com que se desenvolvam mais, para irem bem nos testes, e conseguirem bons resultados, mas apenas, para o professor e a escola. Afastando assim, os alunos com dificuldades de aprendizagem. A motivação do trabalho docente passa a ser então, atraída pelo desejo de ganhar mais dinheiro. Esse “sistema de bônus cria competição danosa e afasta os professores dos alunos ruins; a educação não é como mercado, em que a concorrência pode ser saudável” (SETUBAL, 2012apud FREITAS, p. 385)

Além disso, essas teorias abrem espaço para uma privatização do sistema público de ensino, reforçado, devido a mudança do conceito de público estatal e público não estatal. Nesses parâmetros, o público pode ser administrado privadamente, isto é, ela continua sendo pública e gratuita para os alunos, porém, o Estado transfere recursos para a iniciativa privada gerir a escola. Além desse fator, temos a privatização através de bolsas, que permitem aos alunos estudarem em instituições particulares. O fato de colocar os alunos das classes populares nas escolas particulares, através de bolsas “tem a finalidade de justificar o aparecimento de uma escola privada para pobres” (FREITAS, 2012 p. 387).

Desta forma, o Estado é desresponsabilizado pela educação pública, o que não deve ocorrer pois, é dever do Estado garantir uma educação de qualidade para todos. O interesse dos empresários pela educação é realizado por conveniência, ou seja, quando o assunto

envolve o financiamento, a transferência de recursos, e o controle ideológico baseado na lógica e interesse de mercado.

Essas teorias produzem diversos efeitos, podemos destacar o estreitamento curricular, caracterizada pela valorização de determinadas disciplinas em detrimento de outras, o currículo da escola passa a valorizar mais aquelas matérias abordadas nos testes aplicados para avaliar o desempenho dos alunos, logo isso atinge os professores e os alunos. Consideram o que é valorizado pelo teste como bom para todos, já que é o básico. De acordo com Freitas (2012) a escola:

Retira elementos críticos da realidade e substitui por conhecimentos básicos, um corpo de habilidades básicas de vida, suficiente para atender aos interesses das corporações e limitado a algumas áreas de aprendizagem” [...] “a escola cada vez mais se preocupa com a cognição, com o conhecimento, e esquece outras dimensões da matriz formativa, como a criatividade, as artes, a afetividade, o desenvolvimento corporal e a cultura (p.389).

Ligado a essa ideia, a iniciativa privada ganha seu espaço novamente, oferecendo diversos programas escolares, de dança, arte, cultura como forma de ganharem seu espaço ideológico como “bonzinhos”, que se preocupam com a qualidade de vida dos alunos, podemos destacar o programa Amigos da Escola, as ações do Instituto Ayrton Senna e do Criança Esperança.

Nesses parâmetros, em um sentido geral, as escolas se tornam muito competitivas, o que elimina ou prejudica a colaboração entre elas. Leva a diversas formas de fraudes, principalmente dos exames aplicados. A precarização da formação do professor, através do apostilamento. Além da destruição do próprio sistema público de ensino através de concessões escolas públicas para serem administradas pela iniciativa privada (FREITAS, 2012).

4.3. Implicações e impactos das ações do TPE para uma educação integral na perspectiva omnilateral

Se os projetos desse organismo forem mantidos como referência no estado e na sociedade civil, é possível que a educação escolar seja alinhada para afirmar a nova sociabilidade do capital, formando homens massa com formas de pensar e agir padronizadas, facilitando o processo de assimilação de camadas inteiras de trabalhadores para a zona de influência da classe empresarial no século XXI (MARTINS, 2009).

A ideologia neoliberal atribui a responsabilidade dos aspectos negativos da sociedade ao Estado e a coisa pública. Deste modo, a solução para os problemas sociais e econômicos estariam nas mãos da iniciativa privada e na liberdade de mercado. E, ainda, “os problemas políticos e sociais não estariam vinculados à organização econômica vigente, mas à ineficiência de repartição de benefícios e custos sociais e distribuição de poder” (TADEU, 2001, p. 12).

O empresariado, em seu discurso e ações, busca, através da educação, obter o controle social, o desenvolvimento do capital, o aumento de lucro, a circulação da economia, a aumentar a capacidade competitiva do país entre outros. Assim contribui para manter a classe trabalhadora brasileira inserida no mercado de trabalho, através de uma formação aligeirada, enquanto as classes dominantes possuem mais tempo para uma formação de qualidade em todos os níveis de ensino.

As metas do TPE oferecem uma perspectiva restrita para a formação da classe trabalhadora. A qualidade da educação se limita aos padrões de desempenho dos alunos obtidos nas provas do SAEB, (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), e prova Brasil, isto é, uma pedagogia de resultados. Seu significado político se materializa como partido político comprometido com as estratégias de obtenção do consenso e construção da hegemonia da classe burguesa, em uma perspectiva restrita da educação para os trabalhadores brasileiros dentro de um conformismo.

A proposta do TPE cria um mercado de negócios educacionais envolvendo parceiros seus, como o Instituto Alfa e Beto e a Fundação Roberto Marinho”. Esta articulação empresarial influencia o mercado, e as reformas do ensino médio, eis que abre o caminho para “a difusão das proposições da dita teoria do capital humano no ensino médio, possibilitando medidas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em que o sistema S, por exemplo, passa a ser a referência central” (LEHER, 2013, apud GUIMARÃES, 2013 p. 4)

A formação integral, na perspectiva da politecnia²⁴ fica cada vez mais distante de ser alcançada, pois cada vez mais o TPE vai se fortalecendo e conseguindo colocar em prática suas metas, e com o grande poder que tem na comunicação dissemina suas ideias com facilidade, apresentando uma face humanizadora e preocupada com a educação de qualidade e universal.

²⁴ Ver SAVIANI, Demerval (2007).

O TPE contribui, assim, para a ocultação dos conflitos entre classes permitindo que o setor privado cada vez mais ganhe forças, pois conseguiram atingir a população de que o estado realmente não tem competência para sozinha dar conta dos problemas educacionais, isto ocorreu porque a classe burguesa modificou a direção do seu foco, voltado agora para as questões sociais, tentando atingir as camadas mais baixas da população, através de vários artifícios de mobilização social, e com uma linguagem clara, sentimental a respeito dos seus objetivos, ao dizer sentimental me refiro a sua linguagem, o modo de entonação das palavras, dos seus objetivos nos vídeos e propagandas²⁵.

Não podemos esquecer que os problemas educacionais a que se referem estão ligados somente aos resultados obtidos nas provas aplicadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), segundo as orientações dos organismos supranacionais, e não àqueles realmente vivenciados pelo professor em sala. Permanece a visão tecnicista de educação voltada para desenvolver competências individuais, deixando de lado a formação de um cidadão crítico, consciente, autônomo, capaz de criar, de resolver determinados problemas sozinho etc.

4.4. O Plano Nacional de Educação influenciado pelo TPE

O Plano Nacional de Educação (PNE) é caracterizado por alguns autores, como o maior golpe na educação que os grupos dominantes já realizaram ao longo dos tempos. O TPE constitui-se o principal órgão organizador do PNE, tanto, que podemos ver claras semelhanças entre suas metas como Movimento, encontradas em seu site (destacadas anteriormente neste trabalho), com as metas e estratégias do PNE.

Para a elaboração do PNE foram incorporados altos dirigentes, que já atuam em favor do empresariado, inclusive do TPE, em todo o Brasil, garantindo a legitimação dos seus planos, dentre eles destacamos o Fernando Haddad, do MEC, o Reynaldo Fernandes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, entre outros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do CONSED e da UNDIME, dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação.

²⁵ Ver vídeo sobre os objetivos e metas no site Todos Pela Educação.

A grande maioria das empresas que ajudaram na elaboração do PNE, defenderam o uso dos recursos públicos para as parcerias público-privadas, justificando assim as bolsas de estudo concedidas pelo governo, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o ProUni.

Os empresários do TPE defendiam os 10% do PIB para a Educação, desde que não exclusivo à educação pública. O texto então deixava em aberto a destinação pública ou privada dos recursos educacionais.

Todos os aspectos do PNE preconizam novas funções sociais na educação pública. Com o TPE no poder:

A missão da educação é formar recursos humanos de distintos tipos, difundir as “competências” desejadas pelo capital, empreender meios de controle finalísticos por meio de sistemas padronizados de educação que possibilitem *rankings*, remuneração por desempenho em nome de uma falsa “meritocracia”, a distribuição de recursos em conformidade com as metas alcançadas, a fetichização tecnológica e a diversificação das formas e itinerários educativos, distribuídos por classe e frações de classes, em contraponto com a escola unitária (COLEMARX, 2014 p.10).

No contexto do neoliberalismo de terceira via, destacamos nas diretrizes do PNE a ênfase na promoção da cidadania, nos valores morais e éticos, e na melhoria da qualidade da educação. O termo “qualidade” apresentado no PNE, é um fator importante a ser analisado, pois todas as metas apresentadas ao longo do plano são baseadas nas avaliações padronizadas e baseadas no IDEB, voltando toda a educação para o alcance de “habilidades e competências”,

“Admitindo que o aprendizado está desvinculado do ensino, e que a mente humana se organiza e funciona por meio de competências, algo sem qualquer fundamentação científica” (COLEMARX, 2014 p. 22). Dão prioridade apenas, para as disciplinas que são avaliadas nessas provas, as demais são desprezadas e colocadas em segundo plano. Temos nessa perspectiva um currículo mínimo, o que na verdade, é uma “forma de controle sobre o que é dado a pensar na escola, estimulando a competição entre elas, valorizando a lógica neodarwinista de que apenas as mais bem avaliadas receberão mais recursos” (COLEMARX, 2014 p. 22).

Nestes termos, a qualidade apresentada no PNE impede, a produção do conhecimento crítico e reflexivo por parte de professores e alunos. A mensagem implícita, “é que os docentes devem abandonar qualquer possibilidade de interação com os alunos que possa

resultar em criatividade e reflexão na formação escolar. Pelo contrário, os professores devem dedicar seu tempo a cumprir prazos e metas” (COLEMARX, 2014 p. 22).

Em relação a distribuição das responsabilidades dos gastos educacionais totais da educação pública, o PNE omite sobre como isto está ocorrendo. O MEC antes contribuía com o financiamento da educação, porém o PNE modifica um pouco isso. Antes de analisar o significa aplicar 10% do PIB na educação pública, é importante levar em consideração como funciona o financiamento da educação no Brasil tomando como base a Constituição Federal de 1988, (art. 211):

§ 5.º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida, na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes.

Podemos perceber que a Constituição Federal, destinou os recursos educacionais aos impostos e não aos tributos, em especial às contribuições. Isso significa, que a maior parte dos recursos da União não entra na base de cálculo das verbas educacionais, os 18% se referem à receita líquida de impostos, situação muito diferente dos estados e municípios, onde os impostos caracterizam a maior parte da arrecadação (COLEMARX, 2014).

A maior parte das receitas do Estado provém das contribuições, por isso agora retiraram os recursos vindos das contribuições, porque é delas que provém a maior parte lucro e agora passam a ser retirados dos impostos dos estados e municípios. O art. 212 da Constituição, refere-se apenas aos impostos, o que demonstra que são os estados e municípios, os que menos recebem e são eles que custeiam, de fato, a educação pública brasileira, totalizando 4% do PIB. A União, no entanto, gasta apenas 1% do PIB, embora receba mais de 65% do total dos tributos. (COLEMARX, 2014)

A complementação da União, é voltada para programas considerados prioritários pelo MEC, dependentes dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e outros indicadores de avaliação. Desta forma, os recursos voltados para melhor remuneração dos professores, para melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e para realização de projetos auto-organizados pelas escolas, na grande maioria, não são realizados, pois ao invés disso dão prioridade aos projetos impostos às escolas, em geral concebidos nos termos da agenda do Todos TPE. (COLEMARX, 2014)

O país na verdade poderia aplicar os 10% do PIB, somando o total das renúncias fiscais e a sonegação de tributos das corporações, o que ultrapassaria os 10%. Porém, a questão é que os grupos no poder não querem, priorizam outros setores e também seus próprios interesses.

No que diz respeito a alfabetização, a meta 5, declara que deverá ocorrer até o fim do terceiro ano do ensino fundamental e será objeto de avaliação institucional. Este objetivo já havia sido definido pelo TPE, em sua meta 2. Como visto anteriormente, esta meta foi lançada pelo MEC como Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) em 2012.

A meta 6, estabelece as políticas para a educação em tempo integral, mas não defini as fontes orçamentárias e nem que órgão promoverá o atendimento. Na estratégia 6.5 da abertura a entidades privadas de serviço social vinculadas ao Sistema S, como parceiras privilegiadas, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino, em coerência com a aplicação da gratuidade (estratégia 6.6).

Na meta 7, o PNE visa medir a aprendizagem dos alunos e a manutenção do fluxo escolar, através das avaliações padronizadas, uma concepção de qualidade do ensino preconizada pelo TPE.

Nesses aspectos, a adesão da escola e da universidade às políticas de avaliação padronizada tem se dado:

Através de duas distintas, porém complementares, estratégias: consentimento e coerção. E que o resultado não poderá ser diferente de: (i) apagamento das contradições, fruto da desigualdade entre as instituições de educação; (ii) condições de trabalho e sobrecarga no exercício da função docente (ampliação do tempo dedicado ao trabalho e funções além de suas atribuições); (iii) premiações, por exemplo, via 14º salário, bonificações ou mesmo mérito para a ascensão na carreira docente; (iv) *stat* financiamento para os que estão no “topo do ranqueamento”, com atribuição de “valor” para as escolas que atingem as “competências” estabelecidas pelas políticas; (v) permissão para se manter no exercício aqueles que cumprirem metas e programas governamentais; o outro lado da moeda, castigos para aqueles que não se submeterem, que vão desde a transferência por perda da origem na escola ao controle e cerceamento das ações docentes em sala de aula; (vi) desmantelamento dos espaços coletivos de organização e de decisão, inclusive das instituições de representação classista (COLEMARX, 2014 p. 32 e 33).

A estratégia 7.1, propõe uma pactuação interfederativa com o objetivo de criar e introduzir diretrizes pedagógicas para toda na educação básica, a chamada Base Nacional

Curricular Comum (BNCC), proposta essa, já existente e apresentada a sociedade brasileira no ano de 2015. De acordo com os estudos do Colemarx (2014) essa estratégia:

Entretanto, não sugere avanços em relação à garantia da escola pública, gratuita, universal, laica e comprometida com a socialização crítica da ciência, da tecnologia, da arte, da cultura. Ao contrário, segue incentivando uma diversidade de sujeitos fragmentados, referenciada apenas na cultura, sem nexos com a base material da vida e que, por conseguinte, nada tem a ver com a interculturalidade e com as particularidades das formas de vida dos trabalhadores nas cidades e nos campos, com as tradições dos povos originários, negros, camponeses e, não menos importante, das crianças e jovens que necessitam de educação especial (estratégia 7.27). (p.22)

Na estratégia 7.11, os alunos e professores deverão melhorar seu desempenho nas avaliações do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). O foco está somente em preparar os alunos apenas para exames, seja na educação básica ou superior, e os professores também devem estar melhor preparados para atender a essa demanda, desta forma as formações continuadas na qual passam são baseadas nestes aspectos. Este caráter,

retira a autonomia do professor promovendo a expropriação do saber docente, transformando-o em mero difusor das competências esperadas, que serão aferidas e os professores tornam-se meros aplicadores de apostilas, provas e usuários de recursos tecnológicos, o que promove a perda do espaço do professor como um intelectual transformador, afastando o seu trabalho do projeto de educação integral, na perspectiva omnilateral e da escola unitária (COLEMARX, 2014 p.22).

A respeito da avaliação institucional, ela deve ser realizada levando em consideração o perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, as condições de infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e as características da gestão, porém, esta avaliação está relacionada às possibilidades de financiamento que a escola deverá ou não receber (estratégia 7.3).

A relação direta entre pobreza e baixa escolarização, foi preconizada na meta 8, as soluções encontradas para enfrentar esta situação, se baseiam na expansão de vagas em instituições privadas e não pelo aumento do número de anos de escolaridade, ou por outros aspectos de melhoria no ensino, tudo isto está baseado na crença de que o setor privado é o mais capaz de resolver esses problemas. O setor privado, no entanto, atua com fins apenas de certificação. Guiados por essa lógica, a “universalização” do ensino no Brasil foi substituída pela “massificação”, isto é, um processo de universalização que reduz a formação escolar, apenas às necessidades de inserção do mercado de trabalho.

Podemos encontrar na meta 9 e nas estratégias 9.11 e 10.6, uma preocupação com a juventude, e logo com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o PNE, aponta que a partir dos 15 anos, os alunos já poderão ser encaminhados para a EJA, articulada à formação profissional, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Desta forma, o PNE reforça e estimula a inserção cada vez mais precoce dos jovens no mercado de trabalho.

Nesses aspectos podemos perceber:

Conforme estudo realizado por pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e divulgado no *site* do movimento Todos Pela Educação, 211,5 milhões de brasileiros entre 19 a 24 anos “nem trabalham, nem estudam e nem procuram emprego”. Assim, certificar os jovens pobres para que eles se considerem em condições de buscar emprego mostra-se essencial para a manutenção do exército industrial de reserva. Nesse sentido, o Plano aponta a meta de triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio (meta 11). (COLEMARX, 2014)

O PNE então, cria mais obstáculos na formação dos jovens da classe trabalhadora, dificultando cada vez mais seu acesso ao ensino superior público. Devido as suas políticas de inclusão, estimulam esta população ao ingresso na educação profissional, caracterizados por cursos básicos e aligeirados. Como esses cursos são de seu grande interesse, o PNE:

Amplia de modo desmedido a influência do Sistema S na formação da classe trabalhadora, atuando diretamente nas seguintes estratégias: 6.5 (ampliação da jornada escolar); 8.4 (oferta de educação profissional concomitante ao ensino na rede pública para jovens de 18 a 29 anos, população do campo, moradores das regiões de menor escolaridade do país, os 25% mais pobres); 10.8 (formação continuada para trabalhadores); 11.6 (oferta de formação profissional técnica de nível médio). (COLEMARX, 2014 p.35)

Com a legitimação do PNE, o setor privado obteve muitos benefícios, dentre elas também as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) garantiram, financiamento público para a sua atuação. A EJA integrada à educação profissional, de oferta pública, nos ensinos fundamental e médio, será também oferecida por entidades privadas, reforçando e instituindo a lógica do “público não estatal” possibilitando o repasse do dinheiro público para o enriquecimento do setor privado. Outra grande preocupação deste fato, é que estas instituições, apesar de receberem grandes quantias de dinheiro público, não se submetem ao controle que é exercido sobre as instituições públicas, principalmente na transparência dos gastos. (COLEMARX, 2014)

A meta 12, tem como intuito elevar a matrícula do ensino superior, para 50% na taxa bruta e 33% na líquida da população de 18 a 24 anos. Assegurando que 40% deste

crescimento, deveria estar no setor público. O governo nesse sentido, elabora o plano de ressignificação do público onde:

Os 40% da expansão das matrículas públicas se darão através da consolidação das metas do REUNI (na perspectiva da massificação nos moldes dos *community colleges*), prevendo investimento apenas para a “otimização” do que já existe nas universidades públicas, além de sua expansão para as universidades estaduais e municipais (estratégia 12.18). (COLEMARX, 2014 p. 27).

Os 60% da expansão, fica então a cargo do setor privado, que age ampliando a verba pública para compra de vagas nas instituições privadas de ensino. Para isso, na estratégia 12.6, encontramos a diminuição da exigência para o aluno conseguir o FIES. “A política de assistência estudantil para os usuários do FIES, visa mantê-los nas instituições de ensino privadas para o cumprimento das metas de conclusão de 90% nas instituições públicas e de 75% nas privadas (estratégia 13.8) (COLEMARX, 2014 p.27).

As estratégias 4.3 e 12.13, falam a propósito da formação de profissionais de educação para as escolas do campo, comunidades indígenas e quilombolas. E as estratégias 7.26 e 15.5 para a educação especial, porém estas áreas sofrem ataques constantes e são submetidos ao atraso no repasse de verbas e a cortes ao longo de sua implementação (COLEMARX, 2014).

O PNE possui uma lógica de formação minimalista, principalmente no que diz respeito a educação oferecida à classe trabalhadora. Este minimalismo, está presente na meta 9, que fala a respeito da erradicação do analfabetismo, ao distinguir “analfabetismo absoluto” e “analfabetismo funcional”, deixa transparecer que as preocupações recaem sobre o “analfabetismo absoluto” assim apostam em programas de reconhecimento de saberes para fins apenas de certificação profissional (estratégia 11.5). (COLEMARX, 2014)

Em relação pós-graduação, a meta 16, expressa que 50% dos professores da educação básica, devem estar formados neste nível, até o fim da vigência deste PNE, e também a garante a formação continuada em sua área de atuação. Esse processo de formação continuada, não deixa claro as áreas prioritárias anunciadas no PNE. Segundo os estudos do Colemarx (2014) este fato:

Se materializa em diversas ações pulverizadas por secretarias estaduais e municipais, por programas do MEC/CAPES e, quantitativamente relevante, via empresas privadas de educação, fundações e institutos ligados à mercantilização da educação. O incentivo ao aprimoramento profissional (formação continuada) não redundando em proporcional ascensão ou melhoria

na carreira docente. Na maior parte das iniciativas ainda prevalece a lógica de treinamento em serviço para mitigação de problemas emergenciais. (p. 29)

Entrando agora no assunto sobre a “gestão democrática da educação”, abordada na meta 19, associando-a aos “critérios técnicos de mérito e desempenho”. É conveniente destacar, que no governo Lula foi ampliado o FUNDEF, e criado o FUNDEB, com base no custo-aluno, incentivando os municípios e estados a melhorarem a relação custo/benefício, em toda a educação básica.

Nesse contexto, destacamos a estratégia 20.11, que vincula instituir a Lei de Responsabilidade Educacional, ao invés de responsabilizar a União, em assegurar as condições materiais, por meio de financiamento, carreira, gestão democrática, infraestrutura em geral, o PNE desta forma objetiva pressionar os gestores municipais e estaduais a ajustarem as escolas aos moldes do IDEB, sendo recompensados ou sofrendo pena caso não alcance as metas.

Podemos encontrar na estratégia 19.1, a gestão democrática baseada em perspectivas tecnicistas, excluindo a possibilidade da escola se auto-governar por meio da democracia participativa, não permitindo eleição direta para o cargo de diretor (a) escolar, colocando a participação da comunidade escolar em segundo plano, objetivando um grande monitoramento do trabalho do gestor. Abrindo espaço para o setor empresarial, permitindo que as formações dessa área sejam de cunho privado, o que reforça o conceito da escola pública como empresa.

O PNE reforça a legitimidade do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007), que permite aos empresários atuarem em prol da melhoria da qualidade da educação básica. Com essa abertura, estes por sua vez, criam junto ao Ministério da Educação o chamado Plano de Ações Articuladas (PAR), com o objetivo de condicionar os municípios a receberem recursos federais ao aderirem o PAR.

Obriga os estados e municípios, por meio de coerção financeira, a seguirem os critérios definidos com subsídios de programas de formação de diretores e gestores escolares e de uma prova nacional específica, que será criada (estratégia 19.8).

Na estratégia 19.5, estimula a constituição de conselhos escolares e conselhos municipais de educação para que interferir e fiscalizar as escolas, “por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo” (estratégia

19.5). Percebemos nestas condições que, pais, estudantes, trabalhadores da educação não tem espaço para questionar as metas e os mecanismos de avaliação, como também não está claro a intervenção do conselho escolar sobre o projeto político-pedagógico da escola.

A sociedade civil, em consonância com a estratégia 19.3, poderá auxiliar no monitoramento das metas do Plano Nacional, Planos Estaduais e Municipais de Educação por meio de Conferências Municipais e Estaduais que darão subsídios para as Conferências Nacionais de Educação. Para coordenar essas conferências, o PNE incentiva a constituição de Fóruns Permanentes. “Em nível nacional, fica instituído o Fórum Nacional de Educação (FNE)”. (COLEMARX, 2014 p.20)

Em síntese, restringem a concepção de “gestão democrática” ao monitoramento do cumprimento das metas por parte comunidade escolar, ou seja, resumem esse trabalho a análise e acompanhamento dos índices atingidos pela escola nos parâmetros do PISA, que no Brasil é indicado pelo IDEB. E também, o de fiscalizar a destinação dos recursos financeiros recebidos pela escola por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que é claro, está ligado ao cumprimento das metas e da elevação do IDEB da escola. Este modelo de gestão instituído pelo PNE, aprofunda a meritocracia, competitividade e o controle social. “A universalidade, a igualdade, os interesses gerais, a lei e os objetivos emancipatórios, em nome da “eficiência na gestão”, são afastados do campo da educação” (COLEMARX, 2014 p.21).

Considerações finais

O modo como se constituiu a sociedade brasileira, a abertura ao capital estrangeiro conseguiu no regime empresarial militar, contribuíram para aprofundar as forças capitalistas dominantes atualmente, permitindo que se reelaborassem e se fortalecessem, principalmente no campo educacional.

Percebemos, então, que esse modelo de educação capitalista, implantado, escamoteia a natureza política da escola, devido a toda essa imposição de normas, planos, que dizem e planejam o que o professor deve fazer. Este fato, leva muitos desses profissionais ao desânimo e a desilusão com a educação, além de contribuir para que ele continue um mero reprodutor de conteúdos e normas.

Essa realidade nos permite afirmar, que a educação no Brasil vem regredindo cada vez mais, ao invés de avançar para melhor, pois, a tempos na história do nosso país, se buscou superar esses métodos de educação tradicional e desse modelo de escola reprodutora. Existiram diversos movimentos defendendo uma educação crítica, reflexiva, com foco principal no aluno, portanto, nesse modelo de escola professores e alunos não escapam a essa triste realidade.

O que importa para esta sociedade é de fato o lucro, o desenvolvimento econômico, o fortalecimento e enriquecimento das classes dominantes, onde a divisão do trabalho ocorreu em diversas áreas específicas. No caso da escola, o professor especialista em cada matéria. Vemos assim que se afasta totalmente da educação omnilateral, uma educação integral que considere o ser humano em sua totalidade.

Diante desta conjuntura, nos deparamos com uma sociedade com pessoas cada vez mais frustradas consigo mesmo, muitos não percebem as amarras que o prendem e não compreendem a complexidade das coisas, e isso, é fundamental para a reprodução do capital, um cidadão e um profissional submisso.

Essa hegemonia dos grupos dominantes se realiza quando conseguem silenciar o discurso crítico, desta forma o pensamento está sendo cada vez mais desconsiderado, pois o capital não permite perder tempo, isso lhes é conveniente, pois a classe trabalhadora não pode pensar sobre seu trabalho, ele se torna um indivíduo inconivente e perigoso, pois estará consciente da sua exploração. Por isso todo o aligeiramento na educação dessa classe, que não

vem de hoje, e sim desde da divisão entre trabalho manual e intelectual que deu origem a escola, já com esses padrões de ensinar o mínimo a essa classe.

Desde a sociedade capitalista na época de Marx, isso se realiza, porém hoje vem assumindo novas formas, como vistos no decorrer deste trabalho, através do neoliberalismo de Terceira Via, buscando como principal meta a conformação da classe trabalhadora, por meio da pedagogia da hegemonia - uma educação para o consenso - que pode moldar os indivíduos desde pequenos, ensinando apenas aquilo que é necessário para permanecerem nas suas mesmas condições de vida, tirando-lhe as possibilidades de emancipação. Com ênfase no neotecnismo, fazendo as pessoas acreditarem que o Estado, não tem culpa de nada, e que seu sucesso depende do seu esforço pessoal. Caminhamos então para um consenso sem a superação da divisão social, esse modelo implantado, oculta na verdade o conflito entre as classes.

Nesse contexto, o órgão privado que conseguiu maior sucesso representando os interesses de sua classe, foi o movimento Todos pela Educação, conseguindo a hegemonia do seu pensamento, propostas e ações em toda a sociedade, escamoteando de vez com a sociedade civil, fazendo com que até estes fossem atingidos pela sua ideologia.

Utilizando o discurso de que o envolvimento e o compromisso de toda a sociedade são condições fundamentais, para que possamos promover o salto de qualidade de que a Educação Básica brasileira necessita (TPE, 2013). Acreditam que o Brasil só será verdadeiramente independente quando todos os seus cidadãos tiverem uma educação de qualidade.

Frente a isso, este trabalho de monografia contribui para questionarmos a qualidade de educação defendida pelo empresariado. Pois como bem vimos, a qualidade implementada por eles não permite a criação, a autonomia dos professores e alunos, pois já recebem tudo pronto, bastando apenas executar e decorar. Uma qualidade baseada nos resultados quantitativos de testes padronizados, fazendo com que tudo na escola passe a girar em torno disto, fazendo com que as avaliações internas escolares, se baseiem e treinem seus alunos para que atinjam bons resultados nesses testes. Neste contexto, a avaliação educacional passou a ter um caráter econômico, com as ideologias de progresso e competição.

Além disso, a análise destes testes, oferecem um tratamento reducionista, superficial dos fatos e sua descrição, na forma equivocada, descontextualizada, acreditando que números expressam a realidade e a origem das causas. Mas na verdade, são apenas dados isolados do desenvolvimento social, econômico, cultural e educacional da história de cada país. Não

permitem uma análise profunda que possibilite saber de fato a origem das causas, para atuar de fato, em prol de uma melhoria desta realidade.

Esse modelo de avaliação torna-se uma ferramenta de controle social, à medida que, inibe o aluno a melhor compreender a sociedade em que vive, a natureza da qual é parte, a si próprio enquanto ser da natureza e da cultura, e classifica-o como incapaz de avançar. Nesses parâmetros, a escola está servindo para reproduzir, perpetuar e fortalecer a condição existente de dominação. Com o objetivo de tornar todos iguais em atitudes, comportamentos e conhecimentos, tentando eliminar as diferenças e contradições.

Em síntese, a educação atualmente está instrumentalizada a serviço da classe dominante, do empresariado. Que conseguiram transformar valores particulares, de classe, em valores universais, como se fossem do interesse de todos. A dominação imposta por esses grupos não ocorre só no plano ideológico, mas também na forma de comportamentos que institui nas práticas escolares que advoga, nos rituais que estabelece, nas relações de poder que impõe, nos condicionamentos que imprime e na submissão que exige ocultamente.

Realizam diversos discursos e ações, e buscam, através da educação, obter o controle social, o desenvolvimento do capital, o aumento de lucro, a circulação da economia, aumentar a capacidade competitiva do país entre outros aspectos. Contribuindo para manter a classe trabalhadora brasileira inserida no mercado de trabalho, através de uma formação aligeirada, enquanto as classes dominantes possuem mais tempo para uma formação de qualidade em todos os níveis de ensino.

São vários os questionamentos e as implicações da influência do setor empresarial na sociedade, sendo necessário o educador ter sempre um olhar atento, minucioso sobre cada questão, pois o debate em torno da educação se movimenta através das forças políticas. A inserção do TPE na sociedade civil, embora caracterizada como aliança de esforços para o bem da nação, é na verdade uma forma inovadora de se obter o consenso para exercer a dominação do capital no campo educacional.

Concluimos, então, que a urgência pela suposta educação de qualidade é muito grande, e que esse movimento estudado já ganhou seu espaço no território da educação brasileira, muitas das suas metas foram alcançadas e se encontram presentes no PNE, e devido a isso, estão materializadas nas escolas atualmente.

Apesar de todos esses impedimentos e barreiras dentro dessa sociedade, há sempre, nem que sejam pequenos momentos de liberdade, possibilidades para a crítica, de

desvendamento da contradição social, de organização da classe trabalhadora e outras possibilidades.

Entendemos, com Coelho (1982, p. 40) que, “a sociedade sempre determina a educação, mas ao mesmo tempo é por ela determinada”, e, portanto, devemos seguir, na luta por um trabalho pedagógico voltado para o questionamento, a crítica, a reflexão. É preciso que os educadores assumam a luta pela superação dessas desigualdades existentes, crendo que essa realidade não é eterna e imutável.

“Muitos filósofos se dedicaram em interpretar a realidade, mas o que importa é transformá-la” (MARX). Cada profissional com seu papel, pode contribuir para transformar a sua realidade, começando de si mesmo da realidade ao seu redor. Com uma prática coerente com sua teoria, e responsável pelo papel que escolheu assumir.

Referências bibliográficas

ALVES, Alves Maciel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. Revista de Psicologia da UNESP, 10 (1), 1-13.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emenda Constitucional. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>> Acesso em: 15 de janeiro de 2016.

BRASIL. Decreto nº6094, 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>> Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

BRASIL. Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 10 de novembro de 2015.

BRASIL. MEC, Portaria 1.458/2012, 14 de dezembro de 2012. Define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Trata-se do dispositivo legal que regulamenta os principais

aspectos relacionados ao Eixo 1 do Pacto, qual seja, a Formação dos Professores Alfabetizadores. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 243, p. 15. 18 de dezembro de 2012.

CADERNOS CEDES. ARTIGOS. Cad. Cedes, Campinas, vol.28, n.76, p.291-312, set./dez.2008. Disponível em:<<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 15 de agosto de 2013.

CAMPOS, Renata. O IPES e os CONEPES: conflitos e consensos em torno dos rumos da política educacional da ditadura empresarial-militar brasileira. Niterói, 2016. 202 f. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

COELHO, Ildeu. A questão política do trabalho do trabalho pedagógico. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) O educador: vida e morte. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p.71-88.

COLEMARX. Coletivo de estudos em Marxismo e Educação. Plano Nacional de Educação 2011-2020: notas críticas. Disponível em <seperj.org.br/admin/fotos/boletim/boletim558.pdf> 08 de agosto de 2014. Acesso em 4 dezembro de 2015.

CONFERÊNCIA Mundial de Educação para Todos. Declaração Mundial de Educação para Todos. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília, DF: UNIFEC, 1990.

CUNHA, Luiz Antônio. A Educação no Processo Constituinte. In: Educação, Estado e democracia no Brasil. São Paulo: Cortez editora, 5ªed. 1991.

FÁVERO, Osmar. A Educação no Congresso Constituinte de 1966-67: Contrapontos. In: FÁVERO, Osmar. (org) *A educação nas Constituintes brasileiras 1823-1988*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2001. p.241-253.

FONSECA, Celso Suckow da. História do ensino industrial no Brasil. RJ: Composto e Impresso no Curso de Tipografia e Encadernação da Escola Técnica Nacional, 1961.

FREITAS, Luiz C. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo? Texto apresentado no III Seminário de Educação Brasileira promovido pelo CEDES no Simpósio PNE: DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO E REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, fevereiro de 2011. Disponível em: <<https://www.researchgate.net>> Acesso em nov. 2015.

FREITAS, Luiz C. Os reformadores empresariais da Educação: da desmoralização do magistério à destruição do Sistema Público de Ensino. *Educação e sociedade*, Campinas, v. 33, nº119, p.379-404, abr.-jun.2012. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). *A experiência do Trabalho e a educação básica*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v.5. II Risorgimento – notas sobre a história da Itália. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. V.3. 3ªEd. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.p 15.

GUIMARÃES, Cátia. Educação pública lógica privada. *Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde*. Ano V - Nº 27 - mar. /abr. 2013.

HORTA, José S. B. A educação no congresso constituinte de 1966-67. In: FÁVERO, Osmar. (org) *A educação nas Constituintes brasileiras 1823-1988*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2001. p.241-253.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: Estudos e proposições*. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, André. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo de Terceira via. In: NEVES, Lúcia W. (org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. *Burguesia e a Nova Sociabilidade: Estratégias para educar o consenso no Brasil*. Tese.pdf, RJ, 2007.

_____. *Todos pela Educação: o projeto educacional dos empresários para o Brasil século XXI*. UFJF GT-09: Trabalho e Educação, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos*. V. 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *O Capital*. 7. Ed. São Paulo: Difel, 1982.

MELO, Adriana S.M.; MARTINS, André; NEVES, Lúcia W.; SOUZA, Camila; FALLEIROS, Ialê; Mudanças na educação básica no capitalismo de Terceira Via no Brasil. In: MARTINS, André; NEVES, Lúcia W. (orgs) *Educação básica: tragédia anunciada!* São Paulo: Xamã, 2015.

NEVES, Lúcia W. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia W. (org.) *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

NOGUEIRA, Paulo. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino americanos. São Paulo, 1994. Disponível em: http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf

OLIVEIRA, Ramon. Empregabilidade. Dicionário de Educação profissional em Saúde, 2009. Disponível em: < <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/emp.Html> > Acesso em março 2016.

PASSOS, Roberta. O movimento Todos Pela Educação e suas ações para educação brasileira na atualidade. Artigo apresentado no Seminário de produção Científica do Grupo THESE, 2013.

PERSPECTIVA, Florianópolis. V. 29, n. 1, 229-242, jan-jun. 2011. <Disponível em <https://www.perspectiva.ufsc.br>>

PINHEIRO, Maria Francisca. O Público e o privado na Educação: um Conflito fora de Moda. In: FÁVERO, Osmar. (org) *A educação nas Constituintes brasileiras*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2001.p.254-288

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). *Revista Educação e Sociedade*, vol23, n80, p. 108-135, 2002.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação* v. 12 nº 34 jan/abr. 2007.

_____. O Legado Educacional do Regime Militar. *Cadernos Cedes*. vol.28, n.76, p.291-312, set./dez.2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em setembro de 2012.

SOUZA, M.I.S. Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes, 1981.

SCHULTZ, Theodore. O valor econômico da educação. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. Pp. 9-80.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. Concepções de educação tecnológica na reforma da educação superior: finalidades, continuidades, e rupturas - estudo comparado Brasil e Portugal (1995-2010). Niterói, 2011. 445f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

_____. Concepções de Educação Tecnológica no Ensino médio e Técnico. Jundiaí, SP: Paco, 2010.

_____. Educação profissional e desenvolvimento econômico e desenvolvimento científico-tecnológico. In: BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire (Orgs.) *Realidades da educação profissional no Brasil*. São Paulo: Alínea: Icone, 2015. Pp.145-162.

_____; BIANCHETTI, Lucídio. Universidade moderna: dos interesses do Estado-Nação às conveniências do mercado. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 21 n. 64, p.79-99, mar. 2016...

SILVA, Tomaz Tadeu. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo A. A; SILVA, Tomaz Tadeu: *Neoliberalismo, Qualidade e Educação*. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2001. Pp.9-30.

TELLO, Cesar; MAINARDES, Jefferson. A educação secundária na América Latina como um direito democrático e universal: uma análise de documentos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Educação e Filosofia*, Uberlândia: v. 28, n. especial, p. 155-179, 2014. ISSN 0102-6801.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. S/d. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br>>. Acesso em nov. de 2013.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. S/d. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br>>. Acesso em junho de 2015.

VIEIRA, Sofia; FARIAS, Isabel. Política Educacional no Brasil: introdução histórica. 3 ed. Brasília: Liber Livro, 2011.

VILELLA, Milú. Hora de pensar na educação. Jornal Folha de São Paulo, Tendências/Debates, p.03, 11 de julho de 2006.